

ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

2025-2029



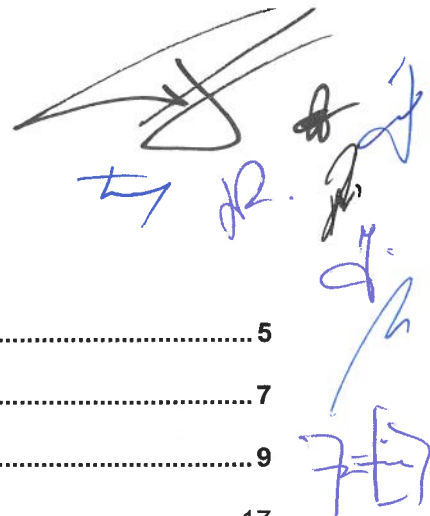
**Terras de
Trás-os-Montes**
Comunidade Intermunicipal
CIM-TTM

APROVADO

PELO CONSELHO INTERMUNICIPAL NA REUNIÃO DE 11/12/2024

PELA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL NA REUNIÃO DE 30/12/2024

PE
Tm



ÍNDICE

1	Introdução	5
2	Enquadramento Geral	7
3	Atividades Relevantes	9
3.1	Conhecimento, Inovação e Competitividade	17
3.2	Turismo, Cultura e Património	17
3.3	Desenvolvimento Rural	18
3.4	Ambiente e Ecossistemas	19
3.4.1	Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal	19
3.4.2	Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas	20
3.4.3	Pathways2Resilience (P2R)	21
3.5	Energia	21
3.6	Conetividades e Acessibilidades	21
3.7	Desenvolvimento Urbano	22
3.7.1	Transportes	22
3.7.2	<i>Smart Region</i> Trás-os-Montes	23
3.8	Educação e Formação	24
3.8.1	Projeto “Turmas de Responsabilidade Partilhada”	25
3.8.2	Rede Intermunicipal das Bibliotecas das Terras de Trás-os-Montes (RIB-TTM)	26
3.8.3	Formação para a Modernização e Capacitação da Administração Local nas Terras de Trás-os-Montes	27
3.9	Capacitação e Modernização da Administração Local e Intermunicipal	28
3.9.1	Capacitação Institucional e Modernização Administrativa	28
3.9.2	Investimento ao abrigo do Norte 2030	30
3.9.3	Estratégia Nacional dos Territórios Inteligentes	31
3.9.4	Marketing Territorial	32
3.9.5	Cooperação Transfronteiriça	33
3.9.5.1	Projetos aprovados	33

3.9.5.1.1	AgroHub	33
3.9.5.1.2	OET_DURIUS	34
3.9.5.1.3	USE4FOREST	35
3.9.5.1.4	DIH_SE	36
3.9.5.1.5	In Genios	37
3.9.5.2	Projetos candidatados	37
3.10	Outras Atividades.....	38
4	Orçamento.....	41
4.1	Apresentação Global do Orçamento para 2025	42
4.1.1	Orçamento da Receita	42
4.1.2	Orçamento da Despesa	43
4.2	Plano Plurianual de Investimentos.....	45
4.3	Recursos Humanos/Mapa de Pessoal.....	45
5	Anexos.....	49

Handwritten signatures and initials in blue ink at the top of the page.

Fun

[Handwritten scribbles and symbols]

1 Introdução

OK
Trm
7-15

O Orçamento de Estado para 2025 pretende estimular a economia, reforçar os rendimentos das famílias e dos jovens e aumentar a eficiência dos serviços públicos. A descida de impostos e o aumento do investimento na saúde, educação e habitação são pilares fundamentais deste orçamento, que procura equilibrar a justiça fiscal com a sustentabilidade das contas públicas.

Para 2025, o Orçamento de Estado prevê um crescimento da economia portuguesa de 1,8% em 2024 e 2,1% em 2025, um excedente orçamental e a redução da dívida pública. Este orçamento incide sobre a descida de impostos, o aumento de salários e sobre medidas para melhorar a qualidade dos serviços públicos, bem como a competitividade das empresas. As principais medidas são (1) o crescimento económico numa previsão de 1,8% em 2024 e 2,1% em 2025, (2) um excedente orçamental de 0,4% em 2024 e 0,3% em 2025, garantindo a redução da dívida pública em relação ao PIB, (3) uma descida de impostos com a atualização dos escalões de IRS em 4,6%, (4) a isenção do subsídio de refeição com um aumento para 10,20€ quando pago em cartão, (5) em termos de IRS Jovem, uma isenção total no primeiro ano de trabalho e descontos nos nove anos seguintes, abrangendo cerca de 350 a 400 mil jovens, (6) incentivos à habitação com a isenção de IMT e Imposto do Selo na compra de casa para jovens, (7) no aumento de salários na Administração Pública com valorização dos rendimentos e (8) na realização de investimento na Saúde no valor de 16,8 mil milhões de euros, ou seja, um aumento de 9% face a 2024. Este Orçamento de Estado contempla um aumento de 3,78% no montante a transferir para a CIM TTM no ano de 2025.

No que diz respeito à Administração Local, em especial à Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), o orçamento para o ano de 2025 foi elaborado no âmbito da competência do Conselho Intermunicipal prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º do Aviso n.º 9659/2014, de 26 de agosto – Estatutos da CIM-TTM. Para o ano económico de 2025, o orçamento ascende a 12.309.927,90€, onde a previsão da receita e da despesa teve como suporte o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Neste documento será feito um Enquadramento Geral dos objetivos e atividades da CIM-TTM, serão explicitadas as principais Atividades/Projetos a desenvolver ao longo do próximo ano, na parte final será apresentado o Orçamento Global para 2025 e respetivo Plano Plurianual de Investimentos que está em consonância com os objetivos estratégicos, bem como a organização em termos de Recursos Humanos e respetivo mapa de pessoal para 2025.

A CIM-TTM é uma pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e âmbito territorial e visa a realização de interesses comuns aos municípios que a integram, sendo composta pelos municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais. O ano 2025 representará o décimo segundo ano completo de atividade da CIM-TTM.

A Figura 1 representa a estrutura organizacional da CIM-TTM onde é possível constatar que a mesma é constituída pela Assembleia Intermunicipal, pelo Conselho Intermunicipal que é coadjuvado pelo Conselho Estratégico para o Desenvolvimento (ainda em fase de constituição), pelo Secretariado Executivo Intermunicipal e pela Estrutura de Apoio Técnico.



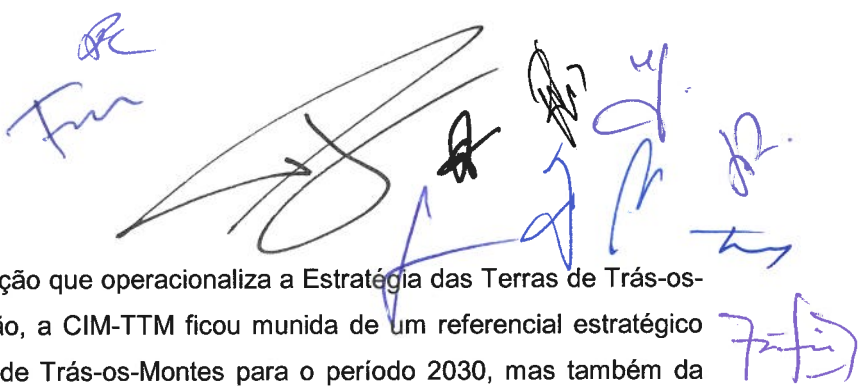
Figura 1. Estrutura Organizacional

Um objetivo do Conselho Intermunicipal é reivindicar junto das instituições governamentais para que a região seja dotada de infraestruturas, de meios e recursos financeiros capazes de proporcionar um desenvolvimento mais sustentável, promover a qualificação jovem, capacitar a administração local, promover o empreendedorismo, garantir o transporte público de passageiros e o reforço da atividade agrária a fim de garantir maior coesão territorial.

Outro objetivo é ser um veículo de promoção e valorização dos recursos do território, do que a região tem de diferenciador, pelo que, pretende continuar o ciclo de presenças em certames temáticos a realizar no território nacional e no estrangeiro.

Handwritten notes in blue ink, including the words "de" and "fun", a large stylized signature, and other illegible scribbles.

3 Atividades Relevantes



Em 2023, foi elaborado um Plano de Ação que operacionaliza a Estratégia das Terras de Trás-os-Montes 2030. Com este Plano de Ação, a CIM-TTM ficou munida de um referencial estratégico que constitui a Estratégia das Terras de Trás-os-Montes para o período 2030, mas também da sistematização e identificação de um conjunto coerente de Linhas de Ação e de instrumentos de apoio que poderão ser mobilizados para traduzir essas Linhas de Ação em investimentos, ao longo de todo o período de programação do PT2030.

Na vigência do quadro comunitário 21/27 as “Terras de Trás-os-Montes afirmar-se-ão como um território de excelência ambiental e com um quadro de vida atrativo para novas gerações. Serão também um novo espaço de competitividade, com base em recursos e ativos crescentes ao nível do conhecimento, da tecnologia e das qualificações, e centrado em atividades das fileiras agroindustriais, do turismo e do ambiente”. Neste sentido, o Plano de Ação considera os seguintes 10 Domínios Temáticos:

- Conhecimento, Inovação e Competitividade;
- Turismo, Cultura e Património;
- Desenvolvimento Rural;
- Ambiente e Ecossistemas;
- Energia;
- Conetividades e Acessibilidades;
- Desenvolvimento Urbano;
- Educação e Formação;
- Saúde e Respostas Sociais;
- Capacitação e Modernização da Administração Local e Intermunicipal.

O Plano de Ação ITI Terras de Trás-os-Montes gerará um impulso decisivo nas seguintes dimensões:

- Qualificação do espaço público e dos equipamentos coletivos, bem como dos serviços da Administração Local, reforçando a atratividade do território para quem nele vive e para os visitantes;
- Reforço da coesão social e territorial, através de investimentos complementares nos serviços de interesse geral, de ações dirigidas a grupos vulneráveis e a população isolada e da discriminação positiva dos concelhos com menores índices de desenvolvimento;
- Reforço da excelência ambiental, com serviços mais qualificados e eficientes ao nível do ciclo urbano da água e dos resíduos, da eliminação de passivos ambientais, da preservação do património natural, da proteção civil e da eficiência energética;

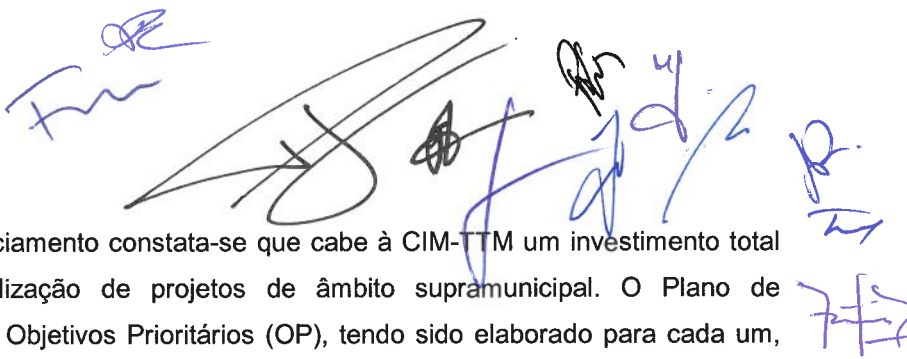
– O Plano de Ação ITI TTM contribuirá ainda para a dinamização das prioridades em matéria de competitividade (ambiente e economia circular, turismo e fileiras agroindustriais), através do apoio a investimentos empresariais de pequena dimensão, à criação de empresas e à expansão de micro e pequenas empresas, bem como ações coletivas de qualificação e de internacionalização, contribuindo igualmente para a qualificação e manutenção do emprego e a modernização e resiliência das economias locais.

Um objetivo primordial da CIM-TTM consiste no desenvolvimento de atividades de âmbito supramunicipal, sempre que possível com recurso a Fundos Comunitários, por entender ser esta a melhor forma de maximizar os Fundos Próprios e conseguir mais recursos financeiros públicos do Portugal 2030, com o intuito de apoiar o investimento na região e, consequentemente, o desenvolvimento da mesma.

Deste modo, apresenta-se de seguida o Plano de Financiamento dos Investimentos Territoriais Integrados (ITI) para as Terras de Trás-os-Montes contratualizado a 24 de abril de 2024 através do Contrato para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (CDCT) celebrado entre a Autoridade de Gestão do Programa Regional do Norte 2021-2027 e a CIM-TTM, cujo objeto consiste na definição dos termos e condições em que a AG do NORTE 2030, programa financiador, apoia o Plano de Ação do ITI acordado com esta entidade intermunicipal, bem como os compromissos da CIM-TTM em termos de funções ou tarefas de gestão, montantes, compromissos assumidos em termos de investimentos e instrumentos e mecanismos de governação, participação, prestação de contas, acompanhamento, monitorização, avaliação e auditoria. Para financiamento do Contrato, foi aprovada uma dotação global de Fundo que totaliza 109.578.690,00€, dos quais 97.272.511,00€ de FEDER e 12.306.179,00€ de FSE+, repartido da seguinte forma:

PLANO DE FINANCIAMENTO DO ITI Terras de Trás-os-Montes																	
OP	OE	Eixo	Fundo	Tipologia de Intervenção	Dotação CIM-TTM (€)	Supramunicipal e CIM + Outros	Atribuição da FE	MUNICÍPIOS									
								Bragança	Macedo de Cavaleiros	Miranda do Douro	Miranda da Beira	Mogadouro	Vila Flor	Vimioso	Vinhais	TOTAL	
						FEF	7,25%	18,50%	12,99%	8,84%	13,85%	11,56%	7,30%	7,94%	11,71%	100,00%	
OP1	RS01.2	1	FEDER	1010 - Digitalização para a eficiência de serviços aos cidadãos e empresas	3 630 882	3 630 882											
	RS01.3	3		1012 - Investimentos de base territorial	6 289 541	6 289 541											
				Viveiros de empresas	596 909		43 277			77 541	52 769	82 675		43 914	226 833	69 900	596 909
				Ações coletivas para as associações de base local	521 861	521 861											
OP2	RS02.1	1		1023 - Eficiência energética na AP Regional e Local	6 329 899		444 417	1 134 030	796 279	541 883	848 990	708 610	451 100	486 714	717 810	6 129 899	
	RS02.2	2		1025 - Autoconsumo e Comunidades de Energia Renovável	883 333			360 425	253 077		269 832					883 333	
	RS02.4	1		1028 - Meios materiais para a proteção civil	9 360 183	2 500 000		497 363	1 269 134	891 138	606 440	950 135	793 037	504 909	544 669	803 327	9 360 183
	RS02.5			1032 - CUA em baixa (sistemas municipais)	11 034 559		800 006	2 041 393	1 433 389	975 451	1 528 286	1 275 595	812 144	876 141	1 292 147	11 034 559	
	RS02.6			1038 - Gestão de resíduos: Subinvestimentos em baixa	2 650 659	2 650 659											
	RS02.8	2		1044 - Outros projetos de mobilidade urbana sustentável	795 580			324 619	227 935		243 026					795 580	
OP4	ES04.1	3	FSE	1095 - Apoio ao emprego e ao empreendedorismo	4 110 452	4 110 452											
	ES04.4	1		1099 - Qualificação de serviços territoriais	730 783	730 783											
	ES04.8			1112 - Inclusão ativa de grupos vulneráveis	1 495 308	1 000 000	101 190	368 919	181 100	123 341	193 250	161 298	102 690		163 391	1 995 157	
	ES04.11			1120 - Promoção do sucesso educativo	5 227 918	1 050 000	302 899	777 915	542 712	369 310	578 642	452 967	302 495	331 727	489 234	5 227 918	
				1134 - Serviços e redes de intervenção social e de saúde	741 718		53 775	137 238	96 946	65 568	102 728	144 635	51 593		85 815	741 718	
OP5	RS05.1	1	FEDER	1050 - Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário (IT)	55 979 091		4 024 984	10 245 132	7 193 744	4 895 512	7 670 004	6 401 823	4 075 901	4 397 100	6 484 892	55 979 091	
				1066 - Infraestruturas e Equipamentos Sociais (IT)													
				1067 - Saúde - cuidados saúde primários (IT)													
				1068 - Equipamentos Desportivos (IT)													
				1069 - Mobilidade a Pedido (IT)													
				1070 - Habitação Social (IT)													
				1071 - Habitação a custos acessíveis (IT)													
		2		1074 - Reabilitação e regeneração urbanas (IT)													
		3		1076 - Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação do													
				1077 - Património cultural e natural (IT)													
				1078 - Produtos turísticos subregionais e locais (IT)													
				1079 - Reforço do papel da cultura, incluindo a valorização e conservac													
				1080 - Apoio à estruturação de produtos turísticos locais e sustentáveis													
				1081 - Apoio à estruturação e requalificação de produtos turísticos e p													
				1082 - Infraestruturas rodoviárias (nos termos do Acordo de Parceria)													
				1077 - Relações de cooperação transfronteiriça (IT)													
TOTAL GERAL					109 578 690		21 584 178	6 257 631	16 653 785	11 693 258	7 630 299	12 467 588	9 967 970	6 352 878	6 863 216	10 107 557	87 994 512

CIM	8 011 665,00 €
Empresas	10 399 993,00 €
Associações	521 861,00 €
Resíduos Nord.	2 650 659,00 €
Municípios	87 994 512,00 €



Pela análise do Plano de Financiamento constata-se que cabe à CIM-TTM um investimento total de 8.011.655,00€ para a realização de projetos de âmbito supramunicipal. O Plano de Financiamento está dividido em Objetivos Prioritários (OP), tendo sido elaborado para cada um, um Quadro de Investimentos Prioritário (QIP).

Relativamente ao **QIP da OP1**, já aprovado pela Autoridade de Gestão do Norte2030, cuja tipologia de intervenção é a “Digitalização para a eficiência de serviços aos cidadãos e empresas” e a designação da operação é “Digitalização da administração local em Terras de Trás-os-Montes”, pretende-se o seguinte:

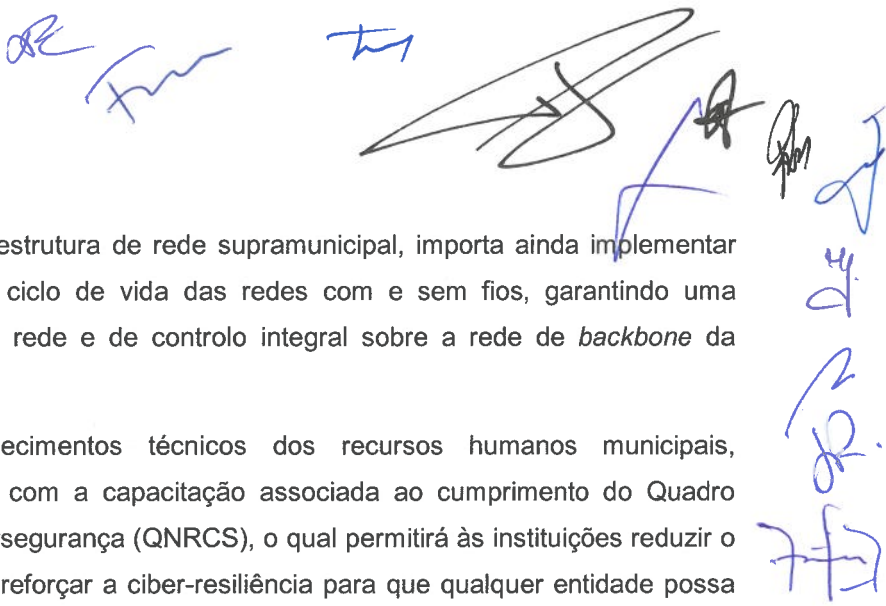
1 – Reorganização da infraestrutura de comunicações eletrónicas dos municípios e dos sistemas dos centros de dados da CIM-TTM:

Podemos considerar como garante da universalidade de acesso à internet, a necessidade de existirem infraestruturas capazes que permitam o acesso ao ciberespaço de forma segura e permanente. Assim, pretende-se implementar um conjunto de soluções que garantam a redundância na ligação à internet em todos os municípios integrantes da CIM-TTM com recurso a soluções tecnológicas baseadas em tecnologia SDWan baseado em conectividades de nova geração redundantes, nomeadamente através de ligações 5G, suprimindo uma necessidade efetiva de conexões físicas próprias mais dispendiosas e tecnicamente mais difíceis de implementar. Importa salientar a necessidade de remodelação dos ativos de rede existentes nos principais *cores* dos Municípios, por forma a adaptar as funcionalidades à nova realidade de rede, conseguindo uma visibilidade técnica uniforme em toda a rede da CIM-TTM.

Ainda referir que com o necessário aumento da carga de processamento e de infraestrutura de rede presente no principal DataCenter da CIM-TTM, localizado em Mirandela, existirá a necessidade da sua adequação de funcionamento com a implementação de novos sistemas de climatização, mais seguros e ecologicamente mais eficientes, bem como o reforço das unidades de redundância de energia, sejam elas ativas ou passivas.

2 – Medidas na área da Cibersegurança física, digital e de capacitação nos Municípios da CIM-TTM:

Dada a necessidade de disponibilidade integral no que concerne à conectividade às redes locais e à internet, bem como na necessidade de transformar a infraestrutura de rede tolerante a falhas, torna-se necessário adequar as atuais infraestruturas municipais e de centro de dados da CIM-TTM por forma a garantir a cibersegurança necessária com novas soluções de segurança perimétrica de dados, sistemas de gestão de ativos atualizados, bem como garantir a redundância de dados com sistemas de backups integrais e redundantes dos dados de todos os municípios. Assim, conseguirão os municípios da CIM-TTM atingir um grau de maturidade na área da cibersegurança com estratégias de mitigação de riscos, promovendo políticas públicas para a segurança da informação, defesa e resiliência no ciberespaço.



Por forma a analisar e gerir a infraestrutura de rede supramunicipal, importa ainda implementar sistemas de gestão e controlo do ciclo de vida das redes com e sem fios, garantindo uma operação de análise de tráfego de rede e de controlo integral sobre a rede de *backbone* da infraestrutura de comunicações.

Importa ainda adaptar os conhecimentos técnicos dos recursos humanos municipais, desenvolvendo ações relacionadas com a capacitação associada ao cumprimento do Quadro Nacional de Referência para a Cibersegurança (QNRCS), o qual permitirá às instituições reduzir o risco associado às ciberameaças e reforçar a ciber-resiliência para que qualquer entidade possa cumprir os requisitos mínimos de segurança das redes e sistemas de informação e respondendo à necessidade de implementar medidas de Identificação, Proteção, Detecção, Resposta e Recuperação contra ameaças que colocam em causa a segurança do ciberespaço.

3 – Implementação de novos serviços digitais inteligentes ao cidadão:

No que concerne aos sistemas aplicativos municipais e com as recentes alterações legislativas relacionadas com as delegações de competências municipais, importa assegurar um conjunto de novos serviços digitais que permitam assegurar a gestão das competências assimiladas pelos municípios, permitindo a utilização desses serviços por forma a facilitar e otimizar as operações quotidianas das organizações, nomeadamente na área social, educacional e na gestão urbanística do território e dos sistemas de informação geográfica, bem como implementar metodologias e sistemas adaptados à modelagem *Building Information Modeling* – BIM. Estas implementações requerem a adaptação dos sistemas internos dos municípios para que se possam digitalizar e publicar externamente e interagir diretamente com o cidadão.

Importa ainda implementar um conjunto de soluções relacionadas com o direto contacto e apoio ao cidadão municipal. Tendo em conta que os WebSites municipais são o principal veículo de transmissão de informação, considera-se de extrema importância aplicar os novos conceitos de *machine learning* e inteligência artificial para que o munícipe possa interagir com os temas municipais que melhor se adaptam a cada uma das suas necessidades em todas as vertentes que o município tem com o cidadão.

A CIM-TTM garantirá ainda a integração com estes sistemas transversais a informação resultante dos indicadores de gestão associados a plataformas *Smart*, melhorando a compreensão dos munícipes através de conteúdos multimédia e apresentação de dados interativos e permanentemente atualizados e relacionados com o território.

Esta tipologia de intervenção tem a seguinte repartição:

DP 1

Tipologia de Operação (TO)	Investimento Total (I)	Dotação UE (I)	Taxa de Coeficiência	ANUALIZAÇÃO DO INVESTIMENTO					Indicador de Realização (Designação)	Meta	Indicador de Resultado (Designação)	Meta	
				2024	2025	2026	2027	2028					2029
Infraestruturas, digitalização de processos internos, serviços web/fonlinas aos cidadãos e empresas e cibersegurança	4 271 625,88	3 630 882,00	85%	256 297,55	897 041,44	1 281 487,76	1 281 487,76	427 162,59	128 148,78	RCO 14 ITI - Instituições públicas apoiadas para desenvolvimento de serviços, produtos e processos digitais	10	RCR111 ITI - Utilizadores de serviços, produtos e processos digitais públicos novos e melhorados	35757

O Aviso para apresentação das candidaturas encontra-se aberto até ao fim do mês de dezembro. O projeto terá início no ano de 2025.

Também nesta OP1 está contratualizada uma verba de 6.289.541€ para apoio em investimentos de base territorial de natureza privada, assim como para a concretização de ações coletivas das associações de base local ao qual está destinada uma verba de 521.861€.

Quanto ao **QIP da OP2**, cuja tipologia de intervenção é “Meios materiais para a proteção civil” e a designação da operação é “Proteção civil e gestão integrada de riscos em Terras de Trás-os-Montes: Ações intermunicipais” pretende-se o reforço do sistema de apoio à decisão operacional com a instalação de 16 novas torres de videovigilância florestal com deteção automática de incêndios e dois videowalls nos Centros de controle de Bragança, bem como a aquisição de meios de apoio operacional para situações de emergência no território e outros meios necessários à implementação de projetos de intervenção na região identificados no Plano Subregional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais. Esta tipologia de intervenção tem a seguinte repartição:

OP 2

Tipologia de Operação (TO)	Investimento Total (I)	Dotação UE (I)	Taxa de Coeficiência	ANUALIZAÇÃO DO INVESTIMENTO				Indicador de Realização (Designação)	Meta	Indicador de Resultado (Designação)	Meta
				2024	2025	2026	2027				
2018: Equipamentos de ação dos agentes da proteção civil	2941176,471	2500000,00	85%	294117,65	882352,94	882352,94	882352,94	RCO28 - Área abrangida por medidas de proteção contra incêndios florestais (ha)	9785,63	RCR36 - População que beneficia de medidas de proteção contra incêndios florestais	107272

O Aviso para submissão de candidaturas encontra-se aberto até ao fim do mês de dezembro de 2024. Espera-se iniciar a execução do projeto no primeiro trimestre de 2025.

Ainda nesta OP2, a CIM-TTM delegou na empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste a execução do projeto relacionado com a gestão de resíduos, abrangendo toda a área geográfica da CIM-TTM.

No que concerne ao **QIP da OP4**, já aprovado pela Autoridade de Gestão do PR Norte2030, as tipologias de intervenção de âmbito supramunicipal são as seguintes:

- “Programas (inter)municipais de promoção do sucesso escolar” que tem subjacente duas operações, a saber: (1) “Capacitação e Recursos de Apoio” e (2) “Planeamento, Monitorização e avaliação do PIPSE de Trás-os-Montes”;

– “Formação da Administração pública regional e local”, cuja designação da operação é a (3) “Qualificação de quadros da CIM e Municípios”;

– “Planos de Ação (Inter)Municipais para a Inclusão Ativa de Grupos Vulneráveis” cuja designação da operação é (4) “Jogos tradicionais nas Terras de Trás-os-Montes”.

Relativamente à primeira operação (1), pretende-se a promoção de ações específicas e complementares de desenvolvimento extracurricular, em articulação com projetos educativos locais (leitura, matemática, expressões e artes, promoção das ciências e da cultura científica, valorização da história local, atividades físicas e desportivas, sensibilização ambiental e cidadania, etc..). Também se pretende a capacitação dos técnicos das equipas multidisciplinares, bem como de outros elementos da comunidade educativa, para reforço de redes locais e transferência de conhecimento. A segunda operação (2) consiste no estabelecimento de pontes com o mundo do trabalho; Na promoção de instrumentos de planeamento municipal e intermunicipal, designadamente a avaliação e o planeamento de redes de ensino profissional; Na capacitação dos técnicos envolvidos nos projetos, bem como de outros elementos da comunidade educativa, para reforço de redes locais e transferência de conhecimento; Na monitorização e avaliação das medidas de promoção do sucesso escolar e de prevenção do abandono escolar e o intercâmbio de experiências e partilha de boas práticas. Quanto à terceira operação (3), pretende-se qualificar e capacitar quadros dos Municípios e da CIM na área do turismo e também do marketing territorial, áreas que estão em constante evolução e indubitavelmente cada vez mais importantes para a região. Assim, será realizada esta candidatura que permitirá diagnosticar e identificar necessidades através de uma equipa multidisciplinar que no fundo chegue a conclusões para aumentar o conhecimento dos técnicos através da realização de duas pós-graduações, turismo e marketing territorial, a desenvolver pelo IPB. Por fim, a quarta operação (4), aposta em revitalizar a tradição onde se pretende organizar o Campeonato Intermunicipal de Jogos Tradicionais, reavivando memórias e contribuindo para a afirmação dos valores sociais e culturais associados aos jogos da tradição. Pretende-se com esta atividade fomentar a atividade física praticada na natureza, a inclusão, a capacitação dos indivíduos mais vulneráveis a nível social, promover a igualdade de oportunidades e contribuir ativamente para o aumento dos sentimentos de pertença do indivíduo na comunidade.

Face ao exposto, as operações têm a seguinte repartição, respetivamente:

OP4 FSE+

Tipologia de Operação (TO)	Investimento Total (€)	Dotação UE (€)	Taxa de Colaboração	ANUALIZAÇÃO DO INVESTIMENTO						Índice de Realização (Objetivo)	Meta	Indicador de Realização (Designação)	Meta	Indicador do Resultado (Designação)	Meta	
				2024	2025	2026	2027	2028	2029							
Programas (Inter)municipais de promoção do sucesso escolar	489 727,72 €	415 418,56 €	85%		111 575,91 €	113 575,91 €	102 575,90 €	71 000,00 €			EES004 - Agrupamentos escolares ou escolas não agrupadas abrangidas por intervenções para a promoção do sucesso educativo (Entidades)	11	EES036 - Crianças e alunos abrangidos pelos Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (N.º)	5038	EESR17 - Alunos dos agrupamentos escolares ou escolas não agrupadas abrangidas por intervenções de promoção do sucesso educativo que concluem em tempo normal os ciclos de estudos	85%
Programas (Inter)municipais de promoção do sucesso escolar	746 665,22 €	634 360,44 €	85%	41 064,77 €	232 105,25 €	228 533,35 €	243 840,55 €			EES007 - Agrupamentos escolares ou escolas não agrupadas abrangidas por intervenções para a promoção do sucesso educativo (Entidades)	12	EES036 - Crianças e alunos abrangidos pelos Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (N.º)	8764	EESR17 - Alunos dos agrupamentos escolares ou escolas não agrupadas abrangidas por intervenções de promoção do sucesso educativo que concluem em tempo normal os ciclos de estudos	85%	
Formação de Administração pública regional e local	650 744,71 €	730 763,00 €	85%	85 874,47 €	214 938,18 €	171 948,94 €	171 948,94 €	128 981,71 €	65 874,47 €		EECO05 - Pessoas com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria (N.º)	104		EESR03 - Trabalhadores em funções públicas que se consideram mais aptos após a frequência da formação	75%	
Planos de Ação (Inter)municipais para a Inclusão Ativa do Grupos Vulneráveis	117 823,53 €	100 150,88 €	85%	19 637,26 €	19 637,26 €	19 637,26 €	19 637,26 €	19 637,26 €	19 637,26 €		EES016 - Iniciativas apoiadas de promoção da inclusão social (N.º)	6		EESR32 - Pessoas de grupos vulneráveis abrangidas pelas operações	350	

O Aviso para a submissão de candidaturas encontra-se aberto até ao fim do mês de dezembro estimando-se que a execução tenha início no primeiro trimestre no ano de 2025.

Nesta OP4 contempla um programa de apoio ao emprego e empreendedorismo com uma dotação de 3.699.406,80€, tendo a CIM-TTM alocado a verba de 411.045,00€ às Associações de Desenvolvimento Local, CoraNE, Desteque e Douro Superior para efetuarem a dinamização desta medida.

No âmbito do CDCT, a CIM-TTM deverá assegurar o cumprimento das seguintes Metas:

– Metas de realização e de resultado do quadro de desempenho do NORTE2030, constantes da seguinte Tabela:

Anexo 3 | Plano de Indicadores e Metas por Tipologia de Operação | CIM Terras de Trás-os-Montes

DE	TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO	Indicador de Realização (Objetivo)	Indicador de Resultado (Designação)	Meta	Indicador de Realização (Objetivo)	Indicador de Resultado (Designação)	Meta
RS02.2	Infraestruturas, desmaterialização de processos internos, serviços Web/online às cidadãs e empresas e cibersegurança	RC014 ITI	Instituições públicas apoiadas para desenvolvimento de serviços, produtos e processos digitais	10	RCR11 ITI	Utilizadores de serviços, produtos e processos digitais públicos novos e melhorados	85 757
RS02.3	Criação, expansão ou modernização de micro e pequenas empresas (SII)	RC001 ITI	Empresas apoiadas (das quais: micro, pequenas, médias, grandes)	84	RCR01 ITI	Postos de trabalho criados em entidades apoiadas	118
RS02.3	Incubadoras, investidores de empresas locais, incubadoras sociais e espaços de "coworking" - Infraestruturas, equipamentos e acessos						
RS02.3	Ações coletivas - Qualificação das empresas	RS015 ITI	Projetos de capacitação de qualificação e internacionalização	7			
RS02.1	EE na AP Local	RC019 ITI	Edifícios públicos com desempenho energético melhorado	48 670	RCR26 ITI	Consumo anual de energia primária (residencial: habitações, edifícios públicos, empresas, outros) (2)	20 559
RS02.2	Comunidades REN	RC097 ITI	Comunidades de energia renovável apoiadas (Comunidades de Energia)	4	RCR31 ITI	Total de energias renováveis produzidas (das quais: elétrica, térmica)	1 052
RS02.4	Ações maiores de prevenção civil e gestão integrada de riscos	RC028 ITI	Área abrangida por medidas de proteção contra incêndios florestais	36 563	RCR36 ITI	População que beneficia de medidas de proteção contra incêndios florestais	107 272
RS02.4	Ações de sensibilização, informação e outras ações materiais	RC028 ITI	Área abrangida por medidas de proteção contra incêndios florestais		RCR36 ITI	População que beneficia de medidas de proteção contra incêndios florestais	
RS02.5	Abastecimento de água	RC030 ITI	Cumprimento das condutas, novas ou melhoradas, dos sistemas de distribuição da rede pública de abastecimento de água	325	RCR41 ITI	População ligada a instalações melhoradas da rede pública de abastecimento de água	10 729
RS02.5	Saneamento de Águas Residuais	RC031 ITI	Cumprimento das condutas, novas ou melhoradas, da rede pública de recolha de águas residuais	49	RCR42 ITI	População ligada, pelo mínimo, a instalações secundárias da rede pública de tratamento de águas residuais	1 617
RS02.6	Sistemas de suporte à gestão	RC0107 ITI	Investimentos em instalações de recolha seletiva de resíduos	117 947	RCR303 ITI	Resíduos objeto de recolha seletiva	8 000
RS02.6	Recolha seletiva de resíduos (primordialmente em sistemas em banca)	RC0107 ITI	Investimentos em instalações de recolha seletiva de resíduos	3 000 775	RCR303 ITI	Resíduos objeto de recolha seletiva	8 000
RS02.8	Mobilidade Ativa (pedonal e ciclável)	RC058 ITI	Infraestruturas dedicadas ao ciclismo apoiadas	4	RCR64 ITI	Utilizadores anuais de infraestruturas dedicadas ao ciclismo	25 000
RS02.8	Sistemas de transportes sustentáveis						
ES04.1	Criação de emprego e microempreendedorismo	EECO02 ITI	Desempregados, incluindo desempregados de longa duração	89	EESR05 ITI	Participantes com emprego, seis meses depois de terminada a participação	60
ES04.4	Formação da Administração pública regional e local	EECO05 ITI	Pessoas com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	104	EESR03 ITI	Trabalhadores em funções públicas que se consideram mais aptos após a frequência da formação	75
ES04.8	Planos de Ação (Inter)municipais para a Inclusão Ativa de Grupos Vulneráveis	EES018 ITI	Iniciativas apoiadas de promoção da inclusão social	14	EESR32 ITI	Pessoas de grupos vulneráveis abrangidas pelas operações	5 228
ES04.11	Programas (Inter)municipais de promoção do sucesso escolar	EES007 ITI	Agrupamentos escolares ou escolas não agrupadas abrangidas por intervenções para a promoção do sucesso educativo	11	EESR17 ITI	Alunos dos agrupamentos escolares ou escolas não agrupadas abrangidas por intervenções de promoção do sucesso educativo que concluem em tempo normal os ciclos de estudos	65
ES04.11	Programas (Inter)municipais de promoção do sucesso escolar	EES030 ITI	Crianças e alunos abrangidos pelos planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	8 663			
ES04.11	Balcão de Inclusão - Unidades Móveis em territórios de baixa densidade	EES027 ITI	Unidades móveis ou balcões de inclusão apoiados	9			
RS05.1	Infraestruturas do ensino básico e do ensino secundário	RC067 ITI	Capacidade das salas de aula, novas ou melhoradas, das instalações de ensino	982	RCR21 ITI	Utilizadores anuais das instalações de ensino	800
RS05.1	Creches	RC070 ITI	Capacidade das instalações, novas ou modernizadas, de assistência social (exceto habitação)	60			
RS05.1	Centro de Dia e Serviço de Apoio Doméstico	RC070 ITI	Capacidade das instalações, novas ou modernizadas, de assistência social (exceto habitação)	646			
RS05.1	Centro de Atividades Ocupacionais	RC070 ITI	Capacidade das instalações, novas ou modernizadas, de assistência social (exceto habitação)	30			
RS05.1	Equipamentos desportivos	RPO070	Equipamentos desportivos apoiados	8			
RS05.1	Reabilitação e regeneração urbana	RC0114 ITI	Espaços abertos criados ou reabilitados em zonas urbanas	73 135			
RS05.1	Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação do espaço público	RC0114 ITI	Espaços abertos criados ou reabilitados em zonas urbanas	5 622			
RS05.1	Museus	RC077 ITI	Número de sítios culturais e turísticos apoiados	2	RCR77 ITI	Visitantes de sítios culturais e turísticos apoiados	39 500
RS05.1	Valorização do património cultural	RC077 ITI	Número de sítios culturais e turísticos apoiados	5	RCR77 ITI	Visitantes de sítios culturais e turísticos apoiados	52 000
RS05.1	Produtos turísticos subregionais e locais	RC077 ITI	Número de sítios culturais e turísticos apoiados	1	RCR77 ITI	Visitantes de sítios culturais e turísticos apoiados	20 000
RS05.1	Apoio à estruturação de produtos turísticos subregionais e locais (IT)	RC077 ITI	Número de sítios culturais e turísticos apoiados	2	RCR77 ITI	Visitantes de sítios culturais e turísticos apoiados	30 304

– Metas anuais de aprovação e de execução financeiras constantes da Tabela infra:

Metas	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Aprovação	35%	70%	90%	100%	100%	100%
Execução	6%	21%	43%	65%	85%	100%

– Metas de desempenho de gestão administrativa, física e financeira.

De seguida serão explicitadas as principais atividades/projetos a desenvolver no ano de 2025 que estão em consonância com os Domínios Temáticos.

3.1 Conhecimento, Inovação e Competitividade

Com recurso aos Fundos Comunitários previstos no Contrato de Desenvolvimento e Coesão Territorial (CDCT) e em outros Programas do Programa Regional do Norte 2030 será desenhado um programa de apoio ao empreendedorismo, à semelhança do efetuado no Quadro anterior.

3.2 Turismo, Cultura e Património

O Turismo assume-se cada vez mais como um setor determinante para o desenvolvimento do território. A riqueza patrimonial, cultural e gastronómica confere à região fatores de diferenciação que importa promover de forma concertada com os diferentes agentes do território.

A CIM tem orientado muito do seu esforço e recursos na promoção e valorização dos recursos turísticos assente numa estratégia onde a Marca “Terras de Trás-os-Montes” se assume como uma marca chapéu, não só para os produtos endógenos como também para os serviços.

A Agenda Cultural Intermunicipal lançada no ano de 2023, com periodicidade trimestral, constitui um excelente mecanismo de divulgação dos eventos e espaços culturais da região, elaborada com o envolvimento dos principais agentes turísticos do território, principalmente os técnicos dos municípios.

A estratégia a seguir no futuro passa pelo reforço das atividades de promoção integrada dos recursos endógenos, uma maior qualificação da oferta, capacitação dos agentes turísticos e uma criteriosa participação em feiras e certames. Pretende-se vir a conseguir os recursos humanos e financeiros necessários para concretizar as principais ações contempladas no Plano de Marketing Territorial mandado elaborar pela CIM para a próxima década. Para isso esperamos ver contemplados os meios necessários no Programa PROVERE (a aprovar no primeiro semestre do ano de 2025) e dar continuidade às ações realizadas no âmbito do anterior Programa PROVERE, reforçando as atividades de comunicação e marketing e desenvolver o modelo de exploração do projeto E-Mob na Ecopista do Tua.



3.3 Desenvolvimento Rural

A grande maioria das atividades no setor agrário são financiadas através do programa Operacional da Agricultura – PEPAC.

A CIM contratou em 2023 a elaboração do Estudo da Valorização do Potencial Hidroagrícola, estudo este considerado da maior importância para o futuro da agricultura e consequentemente da sustentabilidade do meio rural. Este documento dotou a CIM, os municípios e outras entidades de conhecimento técnico fundamental para definir e priorizar os investimentos a realizar no futuro.

Sendo objetivo da CIM-TTM e Municípios parceiros operacionalizar o BUPi enquanto plataforma única de relacionamento com o cidadão e empresas, bem como destes com a Administração Pública e o sistema de cadastro simplificado e de forma a dar continuidade à operação Norte-09-5762-FSE-000075 designada por “Cadastra & Capacita TTM – Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificada (SICS) nas Terras de Trás-os-Montes foi aprovada no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) a candidatura ao investimento RE-C08-i02 “Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo”, enquadrado na Reforma RE-r20: Reorganização do sistema de cadastro da propriedade rústica e do Sistema de Monitorização de Ocupação do Solo.

Assim, pretende-se, através da implementação da operação candidatada, designada por “Cadastra & Capacita TTM – Fase II – Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo nas Terras de Trás-os-Montes”, dar continuidade à operacionalização do BUPi enquanto plataforma única de registo, assente nos três pilares de promoção do registo da propriedade, de aquisição expedita de dados relativos à geometria dos prédios e de harmonização da informação tributária.

Pretende-se ainda com esta candidatura desenvolver uma resposta estrutural na prevenção e combate de incêndios rurais capaz de proteger Portugal de incêndios rurais graves num contexto de alterações climáticas e com impacto duradouro ao nível da resiliência, sustentabilidade e coesão territorial.

A candidatura contempla a concretização de duas grandes atividades que definem as linhas orientadoras para as tarefas em desenvolvimento, sendo:

Atividade 1 – “A1 – Aproximar, capacitar e cadastrar no território das Terras de Trás-os-Montes”, que procura enquadrar os principais aspetos-chave da execução da operação, designadamente a aproximação dos serviços da administração pública ao cidadão e a simplificação dos processos bem como a capacitação dos serviços da administração pública no âmbito da implementação do Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo no território das Terras de Trás-os-Montes;

Atividade 2 – “A2 – Comunicar a operação “Cadastra & Capacita TTM” no território das Terras de Trás-os-Montes” que pretende operacionalizar o plano de comunicação da operação.



Esta candidatura tem um investimento total de 1.142.844,00€, integrando encargos com pessoal e aquisição de serviços a terceiros bem como encargos com promoção e divulgação da operação.

A CIM-TTM assume a coordenação da operação e estabelece uma parceria formal com os municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Vila Flor, Vimioso e Vinhais, dando continuidade à representação gráfica georreferenciada do cadastro simplificado assim como a divulgação e promoção da operação através dos meios de comunicação locais/regionais, permitindo alcançar as metas propostas em cada concelho.

Em relação às ações destinadas aos municípios, estão previstas para o ano 2025, dar continuidade ao serviço municipal já implementado de representação gráfica georreferenciada “balcão BUPI”, tendo como encargos a aquisição de serviços a terceiros bem como encargos com pessoal interno, de modo a assegurar o bom desempenho do sistema cadastral simplificado.

3.4 Ambiente e Ecossistemas


No PR NORTE2030 estão contempladas verbas para a gestão dos sistemas municipais do ciclo urbano da água em baixa no montante de 11.034.559,00€ para a realização de muitas intervenções no setor a serem efetuadas pelos municípios. Trata-se de verbas de montante muito reduzido face às necessidades dos municípios.

3.4.1 Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal

O Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal tem como missão contribuir para uma melhor articulação e funcionamento integrado dos Gabinetes Técnicos Florestais Municipais na sua área de intervenção, através da divulgação das políticas florestais, disponibilização e difusão de informação técnica de âmbito florestal.

Para o ano 2025, perspetiva-se a realização das seguintes atividades:

- Acompanhar a implementação das ações previstas nos diversos diplomas legais e planos relativos a políticas florestais;
- Apoiar tecnicamente e administrativamente a Comissão Sub-regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, participando nas respetivas reuniões e apoiando o desenvolvimento da sua atividade;
- Elaborar em conjunto com os municípios, a proposta de planeamento do nível sub-regional para a rede secundária de Faixas de Gestão de Combustível, das infraestruturas da responsabilidade dos municípios;
- Produzir e disponibilizar informação agregada de âmbito florestal, nomeadamente as peças que compõem os Planos Operacionais Municipais;

- 
- Difundir informação de âmbito florestal pelos Gabinetes Técnicos Florestais Municipais, designadamente legislação aplicável ao setor, atividades promovidas e desenvolvidas, eventos revelantes de âmbito florestal e boas práticas;
 - Prestar apoio técnico ao processo de adaptação à escala municipal (Programa Municipal Execução de Gestão Integrada de Fogos Rurais) do programa sub-regional de ação;
 - Compilar os diferentes Programas Municipais de Execução e supervisionar a calendarização da sua execução;
 - Promover a capacidade dos Gabinetes Técnicos Florestais Municipais no âmbito dos Sistemas de Informação Geográfica e assegurar a utilização articulada de informação geográfica por aqueles;
 - Colaboração na revisão do Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais;
 - Colaboração na adaptação das Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança à sub-região em conjunto com os municípios das Terras de Trás-os-Montes.

3.4.2 Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas

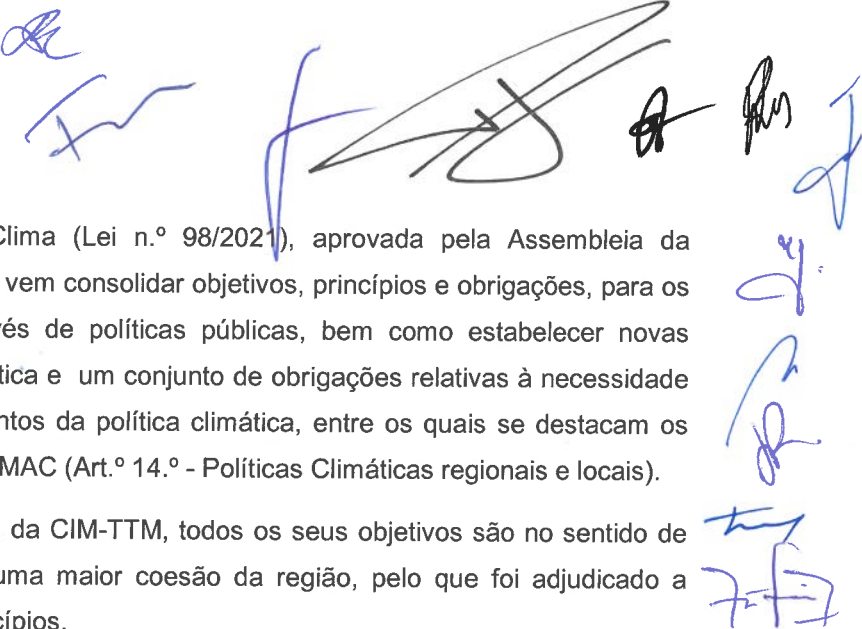
As alterações climáticas são uma realidade mundial e a sua extensão e rapidez torna-se cada vez mais evidente. O aumento da frequência e intensidade de eventos climáticos extremos tem causado a perda de vidas e graves consequências na sociedade, na economia e nos ecossistemas.

Com esta preocupação, em 2017, as Associações de Municípios da Terra Quente Transmontana e da Terra Fria do Nordeste Transmontano tomaram a decisão de elaborar o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas – PIAAC, para as suas áreas de intervenção, de forma a identificar as vulnerabilidades da região e adaptá-la para os efeitos das alterações climáticas.

As principais vulnerabilidades identificadas para a região e comuns às duas Associações, foram as seguintes:

- Precipitação excessiva;
- Secas e escassez de água;
- Ondas de calor e nevões.

Conscientes de que a adaptação é o rumo a seguir, a CIM-TTM, resultante de uma candidatura ao POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, viu aprovado, em 2019, o estudo para “Avaliação de Riscos Associados às Alterações Climáticas e Produção da Cartografia Intermunicipal” para o território da CIM-TTM que teve por base uma metodologia integrada e comum a todo o território intermunicipal, tendo em conta as vulnerabilidades climáticas identificadas pelos PIAAC de cada Associação e que permitiu identificar locais particularmente vulneráveis.



Recentemente, a Lei de Bases do Clima (Lei n.º 98/2021), aprovada pela Assembleia da República em 31 de dezembro de 2021, vem consolidar objetivos, princípios e obrigações, para os diferentes níveis de governação, através de políticas públicas, bem como estabelecer novas disposições em termos de política climática e um conjunto de obrigações relativas à necessidade de desenvolvimento de novos instrumentos da política climática, entre os quais se destacam os Planos Municipais de Ação Climática - PMAC (Art.º 14.º - Políticas Climáticas regionais e locais).

Tendo em conta a estrutura agregadora da CIM-TTM, todos os seus objetivos são no sentido de uniformizar o território, criando assim uma maior coesão da região, pelo que foi adjudicado a elaboração dos PMAC's para os 9 municípios.

Os PMAC, encontram-se na fase final de execução, prevendo-se a sua aprovação em Assembleia Municipal, ainda em 2024.

Sendo um plano com necessidade de constante atualização e monitorização, a CIM-TTM pretende implementar uma equipa de apoio à monitorização do plano de forma a apoiar os municípios na identificação de medidas de adaptação e mitigação no território.

3.4.3 Pathways2Resilience (P2R)

A CIM-TTM juntamente com a IPI Consulting e a Bable viram aprovada uma candidatura, no âmbito de fundos da União Europeia, cujo objetivo consiste num reforço das condições institucionais e técnicas para potenciar a adaptação e resiliência às alterações climáticas na região das Terras de Trás-os-Montes. Com um financiamento de 210.000,00€, participado a 100%, distribuídos de igual forma pelos três parceiros, tendo como objetivo principal a promoção de uma abordagem transformadora e inovadora para reforçar a resiliência climática na região. A CIM-TTM assumiu-se como líder do projeto e enquadra um conjunto de 40 candidaturas/projetos aprovados na Europa, das quais duas pertencem a Portugal, com término a março de 2026.

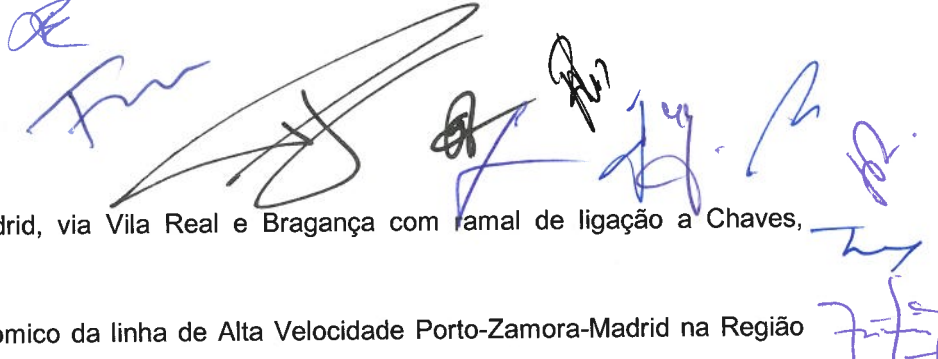
3.5 Energia

A eficiência energética nos edifícios e equipamentos da Administração Local será uma aposta no presente Quadro Comunitário, estando contemplado no CDCT o montante de 6.129.893,00€ para os municípios.

No CDCT está aprovada também uma verba de 883.333,00€ para a implementação de comunidades de energia renováveis nos municípios de Bragança, Macedo de Cavaleiros e Mirandela.

3.6 Conetividades e Acessibilidades

No âmbito da candidatura dos Planos de Ação dos Investimentos Territoriais Integrados (ITI) do Programa Regional do Norte2030 - Redes Urbanas Intrarregionais, pretende-se avançar com os primeiros estudos pertinentes para a concretização da ligação ferroviária e futura linha de Alta



Velocidade Porto-Zamora-Madrid, via Vila Real e Bragança com ramal de ligação a Chaves, nomeadamente:

- Avaliação do impacto económico da linha de Alta Velocidade Porto-Zamora-Madrid na Região Norte de Portugal;
- Estudo de Procura;
- Estudo de Viabilidade Técnica;
- Análise Custo-Benefício.

Com os referidos estudos, ficar-se-á em condições de prosseguir para o processo de avaliação ambiental, com vista à obtenção da publicação da Declaração de Impacte Ambiental, de modo a garantir a maturidade necessária a uma candidatura a Fundos Comunitários *Connecting Europe Facility* e a apoios *European Investment Bank*. Com a referida Declaração estarão reunidas as condições necessárias para ser lançado um concurso público internacional para a materialização da linha de Alta Velocidade, nas quais recai a elaboração do Projeto de Execução, Expropriações e Obra. Os referidos estudos serão realizados com o envolvimento de todas as Entidades Intermunicipais da região do Norte.

3.7 Desenvolvimento Urbano

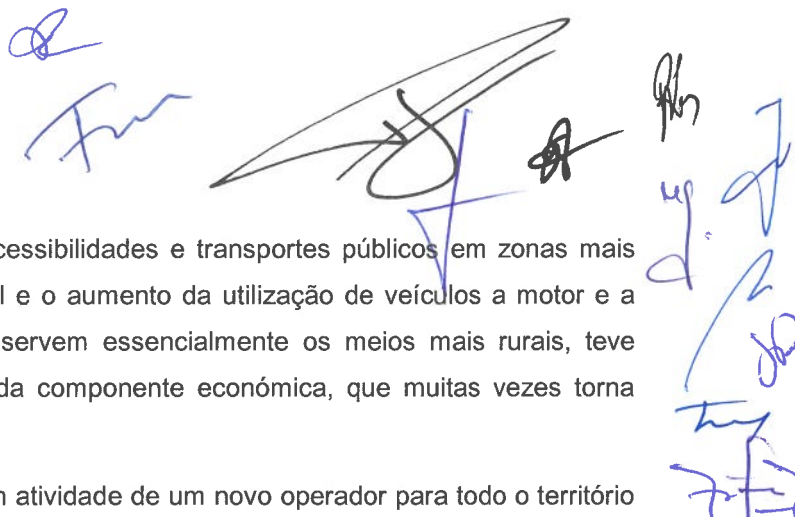
3.7.1 Transportes

O setor de transportes públicos rodoviários é vital para a mobilidade urbana e rural, garantindo acessibilidade e conectividade. Com o decréscimo populacional a que Região infelizmente tem estado exposta, obriga a ter serviços mais eficientes. A mobilidade em áreas de baixa densidade populacional apresenta desafios únicos, como a dispersão geográfica e a limitação de recursos. No entanto, a implementação de sistemas de transporte adequados é crucial para garantir o acesso a serviços essenciais e melhorar a qualidade de vida das populações.

Para incentivar o uso do transporte público, é importante implementar políticas que tornem o serviço atrativo. Algumas estratégias são:

- **Tarifas Acessíveis:** oferecer tarifas reduzidas ou gratuitas para determinados grupos, como estudantes e idosos;
- **Campanhas de Conscientização:** informar a população sobre os benefícios do uso do transporte público, como economia e redução do tráfego.

A implementação de um sistema de transporte em áreas de baixa densidade populacional requer um planeamento mais cuidadoso e uma abordagem inovadora. Com a combinação de modelos flexíveis, parcerias locais e o uso de tecnologia, é possível criar soluções de transporte que não apenas atendam às necessidades da comunidade, mas que também contribuam para o desenvolvimento sustentável e a inclusão social.



Pode-se afirmar, que a problemática das acessibilidades e transportes públicos em zonas mais rurais, não é de agora, o crescimento social e o aumento da utilização de veículos a motor e a degradação dos transportes públicos, que servem essencialmente os meios mais rurais, teve como consequência direta o agravamento da componente económica, que muitas vezes torna inviável a realização desses serviços.

Com a extinção do acordo para a entrada em atividade de um novo operador para todo o território da CIM-TTM, obrigou a que fossem realizadas diligências no sentido de providenciar todas as peças necessárias para o lançamento de novo procedimento Concursal, que se espera terminado no ano de 2025. Fazer a ligação entre os diferentes municípios, que vão ser os financiadores da operacionalização de toda a rede Municipal e Intermunicipal, requer trabalho que possibilite a compilação de todos esses elementos burocráticos essenciais para que o concurso possa ser uma realidade efetiva.

No Orçamento para 2025 estão contempladas verbas correspondentes às compensações aos operadores pela realização do serviço público de transportes de passageiros correspondente aos 8 Municípios que delegaram na CIM-TTM a competência dos transportes, uma vez que não foi possível tornar a Concessão destes serviços efetiva no ano de 2024.

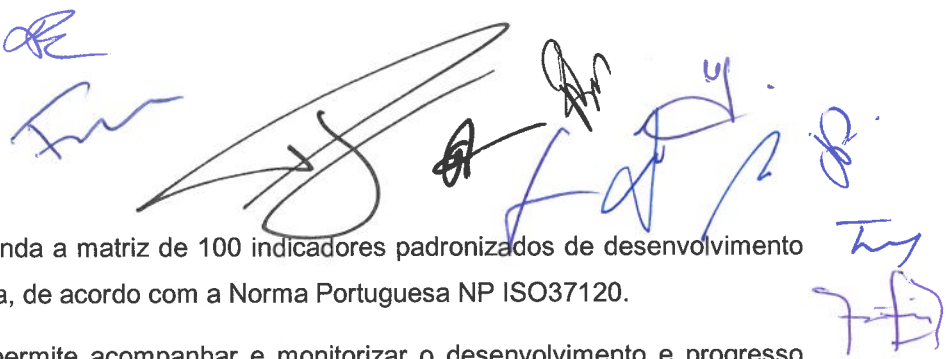
Ainda no âmbito dos transportes, de acordo com o que tem sido a aplicabilidade do Programa Incentiva + TP, em que a CIM-TTM teve um apoio de 1.484.200,00€, espera-se que para o ano de 2025 as verbas a alocar possam ser de valor igual.

Outro dos desafios é a interligação entre os Municípios e as Escolas de forma a ter uma estrutura organizada e viável no que concerne aos passes escolares. A entrada em vigor da Portaria 7-A de 5 de janeiro de 2024, obrigou a CIM-TTM a ter de reunir toda uma série de elementos, por aluno de acordo com o seu enquadramento em passes SUB_18 TP, a quem está inserido na escolaridade obrigatória e os passes SUB_23, para alunos a frequentarem o ensino superior. Desafios enormes são esperados para o ano de 2025 nesta área dos transportes dentro da CIM-TTM.

3.7.2 Smart Region Trás-os-Montes

Para que a CIM-TTM possa futuramente identificar-se como “Smart Region” deve orientar as premissas de desenvolvimento através da medição da gestão de desempenho da região, permitindo um planeamento estratégico mais eficaz e suportar a tomada de decisão para o desenvolvimento de políticas públicas e de definição de prioridades para a região, com a possibilidade de partilha das melhores práticas implementadas, integrada numa política de transparência com os cidadãos.

No seguimento dos trabalhos preconizados, encontra-se elaborado o Relatório do documento estratégico elencado, desenvolvido no âmbito da sua afirmação da região enquanto *Smart Region* e do desenvolvimento estratégico e eficaz das suas políticas e prioridades para o respetivo



território, que detalha e aprofunda a matriz de 100 indicadores padronizados de desenvolvimento sustentável e qualidade de vida, de acordo com a Norma Portuguesa NP ISO37120.

Este exercício metodológico permite acompanhar e monitorizar o desenvolvimento e progresso dos municípios desta região, garantindo-se uma avaliação e análise dos seus desempenhos e a definição de medidas para melhorar a qualidade de vida urbana e potenciar o fortalecimento de uma cultura valorizadora desta região e dos princípios do seu ordenamento.

Nesse seguimento, pretende-se para o ano de 2025, no sentido de efetuar o acompanhamento dos mais de 100 indicadores associados a cada um dos Municípios, coletados de diversas fontes de dados estatísticos, implementar uma plataforma informática de acompanhamento e monitorização da evolução desses resultados, permitindo assim moldar as políticas públicas dos decisores, de acordo com os défices em que determinadas áreas se reportam.

Ainda permitir que a recolha dos indicadores referenciados na NP ISSO 37120 sejam de forma clara e inequívoca analisados através de entidades externas certificadas, permitindo um acompanhamento isento através da certificação ao abrigo da norma.

Paralelamente, e de modo a aferir de forma mais eficiente alguns parâmetros constantes na referida norma, encontra-se desenvolvido e operacionalizado um sistema que permita a coleção, de forma local, dos indicadores da seção "Ambiente".


Para alimentar esta grande área de indicadores, foi adquirida uma Estação Móvel de Monitorização da Qualidade do Ar que integra analisadores de partículas finas e uma estação de meteorologia, que irá circular pelo território por forma a ferir os dados de forma mais concreta e eficiente. A formação referente à sua utilização e operacionalização será ministrada, através de protocolo institucional a celebrar, pelo Instituto Politécnico de Bragança, potenciando o conhecimento e aproveitamento de recursos na região.

A operacionalização destas ações permitirá cumprir os objetivos preconizados na Estratégia Terras de Trás-os-Montes 2030, designadamente a implementação de uma plataforma *Smart* por forma a medir o desempenho dos serviços urbanos e mensurar a sua qualidade de vida ao longo do tempo, acompanhando e monitorizando o progresso do desempenho da Eco Região e apoiando a tomada de decisão dos principais atores da Região, moldando a atual utilização e eficiência dos recursos de modo a planear melhor o amanhã.

Este projeto terá em 2025 uma sinergia com o projeto de instalação dos Territórios Inteligentes promovido pela AMA, sendo que a CIM-TTM irá centralizar numa única Plataforma de gestão urbana todos os indicadores deste e de outros projetos.

3.8 Educação e Formação

Na vertente da Educação foi implementado, no PO Norte 2020, o Plano Integrado Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) cujo objetivo foi a implementação de medidas que



permitted to improve the indicators relative to school success. For the community framework 21/27, Inter-municipal Plans for Promotion of School Success (PIPSE) are provided to promote equity and inclusion through education and to provide continuity to the PIICIE, whose funds are contemplated in the CDCT. In this sense, CIM-TTM is elaborating a candidature jointly with the municipalities it comprises and the school groupings, similar to what was done in the previous community framework with the PIICIE.

The PIPSE of Terras de Trás-os-Montes will be based on the "Study of support to the definition of action lines for the promotion of educational success" that CIM contracted in 2023, whose main objectives are the following:

- Support the trajectory of improvement of retention and early abandonment, reducing asymmetries within the region and reinforcing convergence with the reality of the North;
- Respond to the challenges of inclusion of children and young people in situations of disadvantage, ensuring early and multidisciplinary intervention;
- Promote educational success as a pillar of school results and the integral formation of children and young people, acting on the quality of results and the equity of access to education.

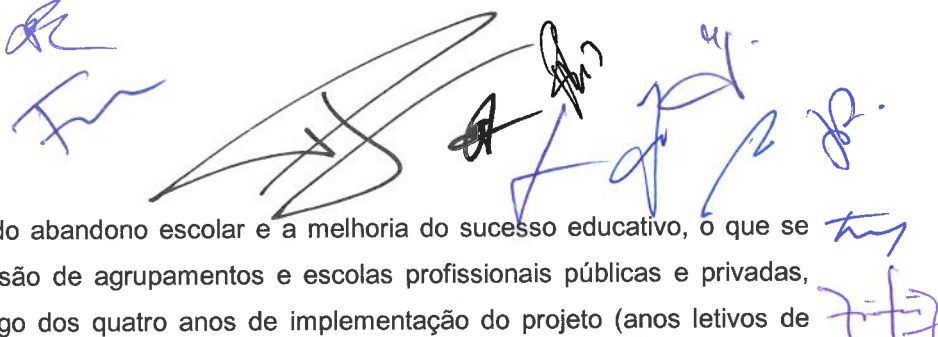
In this sense, various Action Lines will be established, which will be taken into account for the coming years.

3.8.1 Projeto "Turmas de Responsabilidade Partilhada"

The Integrated and Innovative Plan to Combat School Failure (PIICIE-TTM) implemented in the school year 2021/22 the pilot project "Turmas de Responsabilidade Partilhada", an innovative project at the national level that redesigns access to vocational education in the region, allowing not only a more adequate response to the needs of students and families, but also a more diversified offer of training.

This project allows students to choose the course of their preference without abandoning their family and their school of origin. In this way, students travel three days to the school of destination, where they receive the technological training component, remaining the other two days at their schools of origin where the socio-cultural and scientific components are ensured.

The implementation of this new dynamic has required a strong investment in the transport of students to their schools of destination; an investment that was, in part, in the first year of the project, co-financed by the operation "Plan of Action for the Valorization of Education-Formation of Young People", in the PICIIE. However, with the end of that operation, in August 2022, the financial responsibility for the totality of the financing of transport passed to be the responsibility of CIM-TTM. The project has been challenging in the logistics involved and has received the recognition of the Ministry of Education and the educational community of the region, which recognize it as a more-valuable



essencial para a diminuição do abandono escolar e a melhoria do sucesso educativo, o que se traduziu numa crescente adesão de agrupamentos e escolas profissionais públicas e privadas, bem como de alunos, ao longo dos quatro anos de implementação do projeto (anos letivos de 21/22, 22/23, 23/24 e 24/25), incrementando, assim, os valores associados à prestação do serviço do transporte, visto que as linhas criadas, apesar de rentabilizadas, têm vindo a aumentar.

Assim, no ano letivo em curso, o projeto entrou no seu quarto ano de funcionamento. No ano letivo de 2024/25, participam no projeto 55 alunos, cujo custo com o transporte é de cerca de 310 mil euros.

3.8.2 Rede Intermunicipal das Bibliotecas das Terras de Trás-os-Montes (RIB-TTM)

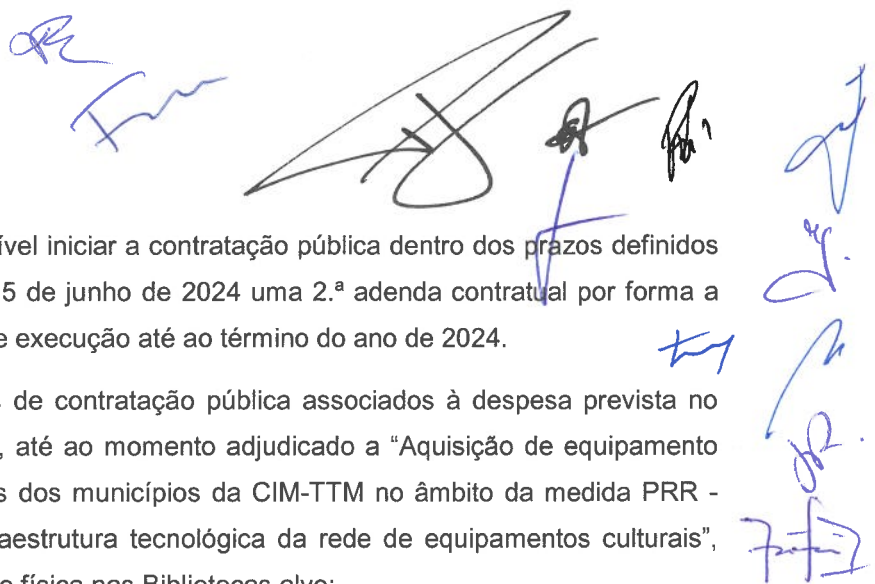
No dia 14 de dezembro de 2022, o Conselho Intermunicipal aprovou a criação da Rede Intermunicipal das Bibliotecas das Terras de Trás-os-Montes com a assinatura de um Acordo de Cooperação entre a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes e a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) e os nove municípios que integram a CIM-TTM.

O Acordo fixa as responsabilidades de cada uma das partes, colocando as bibliotecas públicas da região a trabalhar em rede “numa lógica de otimização de recursos, visando a oferta de serviços partilhados para a Comunidade Intermunicipal, contribuindo para a prestação de um serviço de biblioteca pública de qualidade, promotor da identidade regional, com vista a promoção e desenvolvimento das literacias, incluindo a digital, junto da população do seu território”.

A RIB-TTM é coordenada pela CIM-TTM através do seu Grupo Técnico (que junta os assistentes, técnicos superiores das Bibliotecas Públicas da região, a Coordenadora da CIM-TTM e a equipa técnica da DGLAB) e que reúne mensalmente, nos diversos municípios da região, de forma alternada, seguindo a ordem alfabética.

O Grupo Técnico já desenvolveu vários documentos técnicos e normativos, produziu documentos de gestão diversificados (Plano Anual de Atividades, Relatórios semestrais relativos ao trabalho desenvolvido pelo Grupo Técnico, Bolsa de Atividades Partilhadas, Plano de Formação) e encontra-se a desenvolver instrumentos de comunicação adequados à divulgação da Rede na região, preparando-se para garantir a sua presença na rede, através da criação de um separador na página web da CIM-TTM e para a criação de uma linha de material de divulgação da Rede. Todas estas obrigações decorrem do Anexo ao acordo de Colaboração inicialmente referido.

De modo a que as Bibliotecas Públicas da Rede beneficiem de um apoio financeiro, aos 7 dias do mês de setembro de 2023, foi celebrado o contrato de financiamento, no âmbito do PRR, entre o Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (BI) e a CIM-TTM, no valor de 185.530,46€, enquadrado na OT N° 127C04-i01/2022, destinado à aquisição de software de gestão, equipamento informático (computadores) e agregador de catálogos. O referido contrato foi alvo de uma primeira adenda aos 14 dias do mês de dezembro de 2023 com alteração do valor do investimento para 205.530,46€ e com prorrogação do prazo de execução do mesmo para 30 de



junho de 2024. Contudo, não foi possível iniciar a contratação pública dentro dos prazos definidos no contrato, pelo que foi articulado a 5 de junho de 2024 uma 2.ª adenda contratual por forma a promover a prorrogação dos prazos de execução até ao término do ano de 2024.

A CIM-TTM iniciou os procedimentos de contratação pública associados à despesa prevista no cronograma físico e financeiro, tendo, até ao momento adjudicado a “Aquisição de equipamento informático para a rede de bibliotecas dos municípios da CIM-TTM no âmbito da medida PRR - C04-i01-m01 – Modernização da infraestrutura tecnológica da rede de equipamentos culturais”, com respetiva e correta implementação física nas Bibliotecas alvo;

Por outro lado, os técnicos responsáveis pela execução do contrato de financiamento continuaram com dificuldades técnicas devido à complexidade do processo que exige vários contactos junto dos municípios e das bibliotecas e a correção das informações anteriormente facultadas para a elaboração das peças dos procedimentos associados à aquisição e à atualização dos softwares de gestão e, consequentemente, do agregador de catálogos e para a realização das consultas preliminares.

Dada a complexidade, no que toca às especificidades técnicas, não foi possível até ao momento elaborar as peças pré-procedimentais para fiscalização prévia por parte do GEPAC, dado que as características a implementar são deveras díspares entre sistemas a atualizar e a adquirir por entre os sistemas existentes, tendo ainda o mercado concorrencial alterado muito recentemente diversas valências técnicas, obrigando a adaptar todo o processo. Deste modo, solicitou-se nova prorrogação temporal do contrato, tendo sido celebrada a 19 de novembro de 2024 a 3.ª adenda ao Contrato de Financiamento, prorrogando o prazo de execução até dia 30 de junho de 2025.

3.8.3 Formação para a Modernização e Capacitação da Administração Local nas Terras de Trás-os-Montes

O investimento na capacidade institucional e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a nível nacional, regional e local, tendo em vista a realização de reformas, uma melhor regulamentação e uma boa governação, associado ao objetivo específico de qualificar a prestação do serviço público, através da capacitação dos serviços e da formação dos trabalhadores, são tidos como fundamentais na promoção da redução dos custos de contexto e criação um ambiente favorável ao desenvolvimento regional e local.

As ações de formação visam melhorar as capacidades profissionais dos trabalhadores dos municípios e rentabilizar os recursos físicos e tecnológicos ao seu dispor com o objetivo de estarem mais capacitados para terem um melhor desempenho e melhor servir os cidadãos.

No CDCT estão previstas verbas no montante de 730.783,00€ para a definição de diferentes ações de formação sob a responsabilidade organizativa da CIM-TTM. No ano de 2025 será desenvolvido um Plano de formação plurianual, em conjunto com os municípios, que dê resposta às principais necessidades identificadas.



3.9 Capacitação e Modernização da Administração Local e Intermunicipal

No âmbito da Transição Digital prevê-se a elaboração de um plano que torne a região mais capacitada e melhor preparada para a modernização administrativa, para melhor servir os cidadãos e tendo como preocupação garantir a cibersegurança.

Aliado ainda ao protocolo estabelecido entre a CIM-TTM e o Centro Nacional de Cibersegurança, continuaremos a promover curso avançados de Cibersegurança através do programa C-ACADEMY.

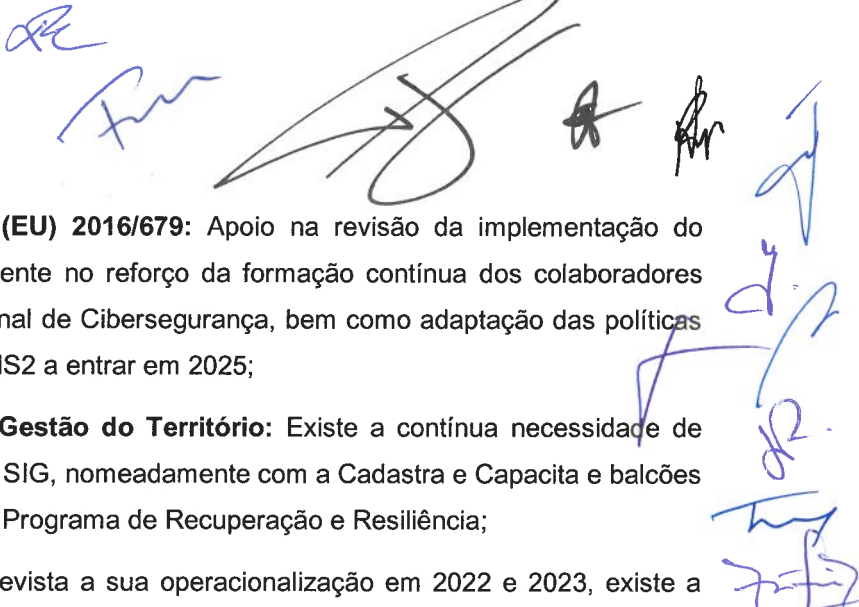
3.9.1 Capacitação Institucional e Modernização Administrativa

No decorrer dos últimos anos tem-se intensificado a discussão sobre o papel da administração pública e a sua proximidade ao cidadão. Estamos numa época em que se promove a desburocratização dos serviços prestados pelas administrações à sociedade com a descentralização do atendimento, através de meios informáticos, daí que se tornou comum ouvir falar em "modernização administrativa na administração pública". A expectativa é que a implementação destes mecanismos permitirá melhorar a eficiência das instituições públicas e aproximá-las dos cidadãos e das empresas.

Consciente deste desafio e de forma completamente alinhada com os objetivos dos fundos comunitários para esta temática, a CIM-TTM compromete-se a continuar a desenvolver, efetuar manutenções e operacionalizações dos investimentos realizados nos últimos anos, por forma a continuar a aumentar o acesso aos serviços públicos digitais, promover e melhorar a eficiência interna das administrações/organismos públicos.

Neste sentido, as verbas contratualizadas no anterior PDCT-TTM para esta temática assentaram no desenvolvimento de diversos projetos na PI 2.3, nomeadamente as seguintes ações que continuaremos a monitorizar, melhorar e desenvolver:

- **Cloud TTM (Cloud privada das Terras de Trás-os-Montes):** Apoio diário na criação de máquinas virtuais e gestão de configurações e apoio na interconexão da rede Cloud TTM com as redes internas dos municípios;
- **Disponibilização de rede wi-fi nos municípios:** Apoio na renovação do licenciamento associado e expansão da rede wi-fi, através do apoio técnico direto aos municípios na aquisição de equipamentos e integração com a controladora wi-fi existente na CIM-TTM;
- **Solução MPLS para o backbone da RCBL:** Necessidade de reforço e substituição, tanto de licenciamento, como de componentes datados, com respetiva manutenção;
- **Solução VDI para os Municípios:** Continua-se a prever o apoio diário na reconfiguração de VDIs existentes para ir ao encontro das necessidades revistas dos municípios;
- **Segurança: Aquisição de Firewall:** Necessidade de renovação de licenciamento e respetiva manutenção e integração com novos serviços a disponibilizar em 2025;

- 
- **Implementação do Regulamento (EU) 2016/679:** Apoio na revisão da implementação do RGPD na área informática, principalmente no reforço da formação contínua dos colaboradores municipais com apoio do Centro Nacional de Cibersegurança, bem como adaptação das políticas de segurança aos novos paradigmas NIS2 a entrar em 2025;
 - **Modernização no Planeamento e Gestão do Território:** Existe a contínua necessidade de integração com outros projetos na área SIG, nomeadamente com a Cadastra e Capacita e balcões BUPI, recentemente refinanciados pelo Programa de Recuperação e Resiliência;
 - **Faturação Eletrónica:** Tendo sido revista a sua operacionalização em 2022 e 2023, existe a necessidade de adaptação constante aos novos e diversos canais de faturação eletrónica para respetiva integração com as aplicações internas de contabilidade dos municípios, bem como gestão dos novos certificados de segurança associados à conexão entre os diversos sistemas municipais. Prevê-se ainda a disponibilização, fruto de obrigatoriedade legal, da emissão de faturas em formato eletrónico, seja através de integração com brokers EDI de terceiros, ou a certificação digital das faturas a emitir em nome dos municípios.
 - **Aplicações SIGMA:** Prevê-se a continuidade de apoio às aplicações SIGMA Medidata durante o ano de 2025, havendo necessidade de executar manutenções programadas, apoios nas transições de ano e prestação de contas, bem como continuidade de *updates* às aplicações. Aplica-se à entidade CIM-TTM, AMTQT e AMTFNT;
 - **Aplicação de comunicação para com o cidadão:** Existe a necessidade em 2025 da renovação de licenciamento da utilização das aplicações móveis, bem como renovar a imagem e funcionalidades das aplicações, tornando-as mais próximas dos serviços prestados aos cidadãos. Ainda, reforçar as atualizações referentes às formas de comunicação para com os Municípios presentes dos sites institucionais dos municípios, por forma a permitir uma resposta mais célebre e eficaz no atendimento municipal.

No ano de 2025 continuam também com necessidade de apoio, manutenção e intervenções diárias a “Solução VDI para os Municípios”, “Segurança: Aquisição de manutenções de Firewall”, “Modernização no Planeamento e Gestão do Território” e renovação de “Solução de Colaboração de Comunicação” e ainda contínuo apoio aos Balcões Móveis que circulam pelos 9 concelhos da CIM-TTM.

O ano de 2025 será ainda de estabilização do projeto de criação de Espaços CoWork nos municípios de Alfandega da Fé, Mogadouro e Vinhais, onde estes locais encontram-se totalmente equipados com mobiliário e equipamento informático de apoio, que foram alvo de reprogramação física e financeira para melhor equipamento e intervenções em infraestruturas de edifícios.

Pretende-se continuar a fomentar a diferenciação, inovação, competitividade e coesão territorial, objetivando especificamente promover a eficiência das administrações e organismos público, assim como o acesso e o uso dos serviços públicos digitais de natureza local e regional, melhorando a eficiência interna da administração pública através de TIC's.



3.9.2 Investimento ao abrigo do Norte 2030

No âmbito da prossecução dos objetivos traçados na linha Estratégica 2030 da Sub-região Terras de Trás-os-Montes, no âmbito da área da “Digitalização, inovação e qualificações como motores de desenvolvimento” constante da Estratégia de Desenvolvimento do Norte para o Período de Programação 2021-27 das Políticas da União Europeia torna-se necessário elencar os vetores estratégicos de atuação na área das tecnologia de informação e comunicação a serem presentes no próximo quadro de investimentos na área de Digitalização da Administração Local, que se encontram identificados e orçados para a CIM-TTM em cerca de 3.700.000,00 € (valor FEDER).

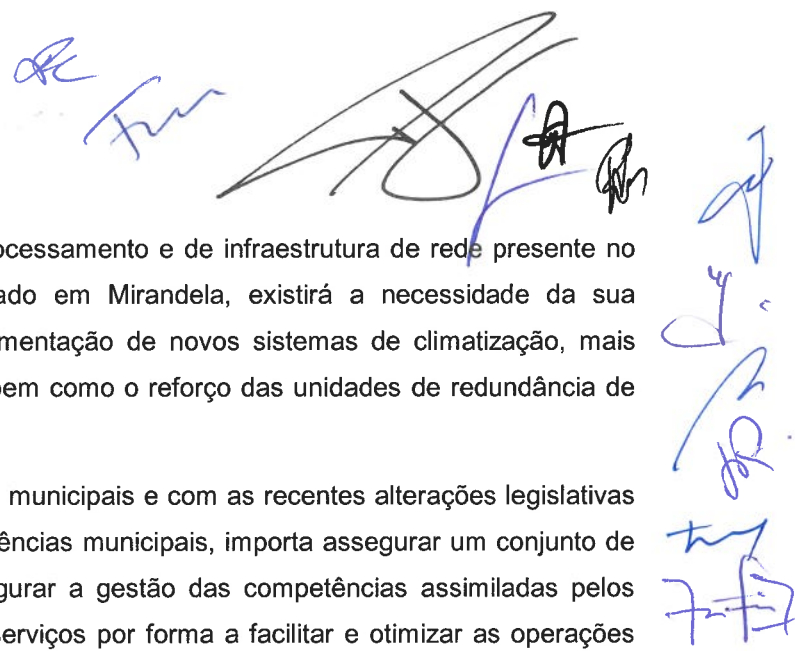
Considerando que no anterior quadro comunitário foram alicerçados os investimentos na região que permitiram aumentar a proximidade entre os cidadãos e a região, bem como reorganizar o modo como as autarquias locais pudessem gerir internamente os serviços e aplicações alojados nos Centro de Dados da CIM-TTM.

Assim, para implementação de uma estratégia a longo prazo ao nível do desenvolvimento integrado de todos os municípios como um só, importa rever e alavancar os investimentos efetuados, por forma a capacitar a administração pública local de forma mais resiliente, cibersegura e sustentável.

Podemos considerar como garante da universalidade de acesso à internet, a necessidade de existirem infraestruturas capazes que permitam o acesso ao ciberespaço de forma segura e permanente. Assim, pretende-se implementar um conjunto de soluções que garantam a redundância na ligação à internet em todos os municípios integrantes da CIM-TTM com recurso a soluções tecnológicas baseadas em tecnologia SDWan com recurso a conectividades de nova geração redundantes, nomeadamente através de ligações 5G, suprimindo uma necessidade efetiva de conexões físicas mais dispendiosas e tecnicamente mais difíceis de implementar.

Com esta premissa de disponibilidade integral no que concerne à conectividade às redes e à internet, bem como na necessidade de transformar a infraestrutura de rede tolerante a falhas, torna-se necessário adequar as atuais infraestruturas municipais e de centro de dados da CIM-TTM por forma a garantir a cibersegurança necessária com novas soluções de segurança perimétrica de dados, sistemas de gestão de rede atualizados, soluções de processamento de dados em Cloud privada e de virtualização de servidores e de postos de trabalho, bem como garantir a redundância de dados com sistemas de backups integrais dos dados de todos os municípios. Assim, conseguirão os municípios da CIM-TTM atingir um grau de maturidade na área da cibersegurança com estratégias de mitigação de riscos, promovendo políticas públicas para a segurança da informação, defesa e resiliência no ciberespaço.

Por forma analisar e gerir a infraestrutura de rede supramunicipal, importa ainda implementar sistemas de gestão e controlo do ciclo de vida das redes com e sem fios, garantindo uma operação análise de tráfego de rede e de controlo integral sobre a rede de *backbone* da infraestrutura de comunicações.



Com o necessário aumento da carga de processamento e de infraestrutura de rede presente no principal *DataCenter* da CIM-TTM, localizado em Mirandela, existirá a necessidade da sua adequação de funcionamento com a implementação de novos sistemas de climatização, mais seguros e ecologicamente mais eficientes, bem como o reforço das unidades de redundância de energia, sejam elas ativas ou passivas.

No que concerne aos sistemas aplicativos municipais e com as recentes alterações legislativas relacionadas com as delegações de competências municipais, importa assegurar um conjunto de novos serviços digitais que permitam assegurar a gestão das competências assimiladas pelos municípios, permitindo a utilização desses serviços por forma a facilitar e otimizar as operações quotidianas das organizações, nomeadamente na área social, educacional e na gestão do território e dos sistemas de informação geográfica e *Building Information Modeling* - BIM.


Importa ainda implementar um conjunto de soluções relacionadas com o direto contacto e apoio ao cidadão municipal. Tendo em conta que os WebSites municipais são o principal veículo de transmissão de informação, considera-se de extrema importância aplicar os novos conceitos de *machine learning* e inteligência artificial para que o município possa interagir com os temas municipais que melhor se adaptam a cada uma das suas necessidades. Ainda integrar com estes sistemas a informação resultante dos indicadores de gestão associados a plataformas *Smart*, melhorando a compreensão dos municípios através de conteúdos multimédia.

Resumo de investimentos a realizar:

- Reorganização da infraestrutura de comunicações eletrónicas dos municípios;
- Implementação de medidas na área da cibersegurança física e digital, com consequente monitorização dos ativos de rede e de software municipal;
- Adequação dos sistemas de centro de dados da CIM-TTM;
- Novos serviços digitais ao cidadão nas áreas social, educacional e na gestão do território e dos sistemas de informação geográfica e *Building Information Modeling* – BIM;
- Aplicabilidade de conceitos de *Machine Learning* e Inteligência Artificial associados a indicadores *Smart* da região das Terras de Trás-os-Montes.

3.9.3 Estratégia Nacional dos Territórios Inteligentes

A CIM-TTM, como entidade intermunicipal elegível, propõe-se a implementar uma Plataforma de Gestão Urbana (PGU) integrada, alinhada com a Estratégia Nacional de Territórios Inteligentes (ENTI) e o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Esta candidatura visa a aquisição e desenvolvimento de uma PGU que beneficiará os municípios da região, promovendo uma gestão mais eficiente e sustentável do território. O projeto contempla a implementação de 15 verticais essenciais para uma gestão municipal inteligente, incluindo Gestão de Ocorrências Municipais, Gestão Urbanística, Gestão de Arvoredo, Geo Vespa Velutina, Gestão de Indicadores norma ISO



37120, Gestão de Frotas Municipais, Gestão de Eventos Municipais, Gestão de Infraestruturas e Espaços Públicos, Sensorização da Cidade, Eventos Culturais, entre outros. Esta iniciativa alinha-se com os principais objetivos do Aviso, nomeadamente:

1. Promoção da coesão territorial, assegurando que os municípios das Terras de Trás-os-Montes tenham acesso a dados relevantes para a gestão do seu território.
2. Assegurar uma vasta cobertura do território com PGU, beneficiando múltiplos municípios da região.
3. Gerar um maior volume de dados e inteligência sobre o território, através da integração de múltiplos verticais.

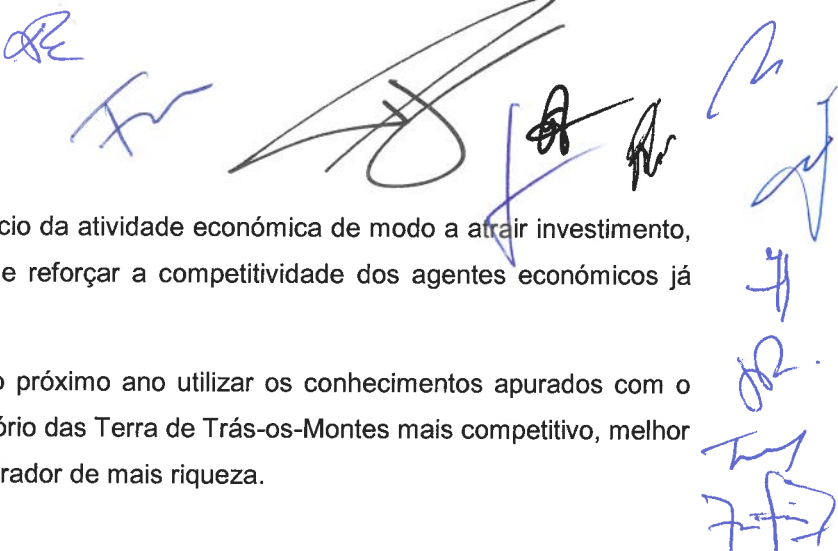
A implementação desta PGU e dos verticais associados contribuirá para a modernização da administração local na região, promovendo a tomada de decisão baseada em dados e a melhoria dos serviços prestados aos cidadãos. O projeto prevê a integração de diferentes fontes de dados, o desenvolvimento de *dashboards* e ferramentas de análise, bem como a formação e capacitação dos utilizadores. Esta candidatura representa um passo significativo na transformação digital da administração pública local nas Terras de Trás-os-Montes, promovendo uma gestão baseada em dados que responda às necessidades dos cidadãos e contribua para um desenvolvimento urbano mais sustentável e resiliente nesta região do interior de Portugal.

3.9.4 Marketing Territorial

Pretende-se que ao longo do quadro comunitário 21/27 seja elaborada uma campanha de marketing territorial Terras de Trás-os-Montes, continuando a apostar no aumento da notoriedade do território das TTM através da valorização dos produtos endógenos diferenciadores da Marca “Terras de Trás-os-Montes”. Para além disso, a CIM-TTM continuará a marcar presença em diversas feiras, eventos e certames, aguardando o enquadramento financeiro proveniente do programa PROVERE.

Em 2023, foi elaborado um estudo designado de “Plano de Marketing Territorial das Terras de Trás-os-Montes” cujo objetivo geral foi “identificar e caracterizar os produtos, ações e projetos a promover dentro e fora do espaço geográfico da CIM-TTM que permitam aumentar as mais-valias económicas, sociais, culturais e ambientais do território da respetiva comunidade intermunicipal”. Quanto aos objetivos específicos ressalta-se o seguinte:

- Valorizar os fatores de identidade, autenticidade e hospitalidade de modo a atrair mais visitantes e turistas;
- Aumentar a perceção de qualidade de vida dos residentes e reforçar a capacidade de atração de novos moradores;



– Fortalecer as condições para o exercício da atividade económica de modo a atrair investimento, designadamente de natureza turística, e reforçar a competitividade dos agentes económicos já instalados.

Neste sentido, pretende-se ao longo do próximo ano utilizar os conhecimentos apurados com o referido estudo de modo a tornar o território das Terra de Trás-os-Montes mais competitivo, melhor para viver, mais atrativo para visitar e gerador de mais riqueza.

3.9.5 Cooperação Transfronteiriça

A CIM TTM pretende, nos próximos tempos, incrementar as relações fronteiriças nomeadamente com as entidades congéneres espanholas vizinhas. Prevê-se no ano de 2025 instituir a Comunidade de Trabalho Zamora – Terras de Trás-os-Montes que envolve a Diputación de Zamora e a CIM-TTM, com o apoio da Fundação Rei Afonso Henriques. O objetivo é criar uma plataforma de trabalho conjunto de identificação de problemas comuns e ter maior capacidade de reivindicação junto dos diferentes decisores políticos dos dois países.

No âmbito da Cooperação fronteiriça e transnacional a CIM não descarta a sua posição geográfica e procura desenvolver projetos e estabelecer parcerias que ajudem ao desenvolvimento do nosso território.

3.9.5.1 Projetos aprovados

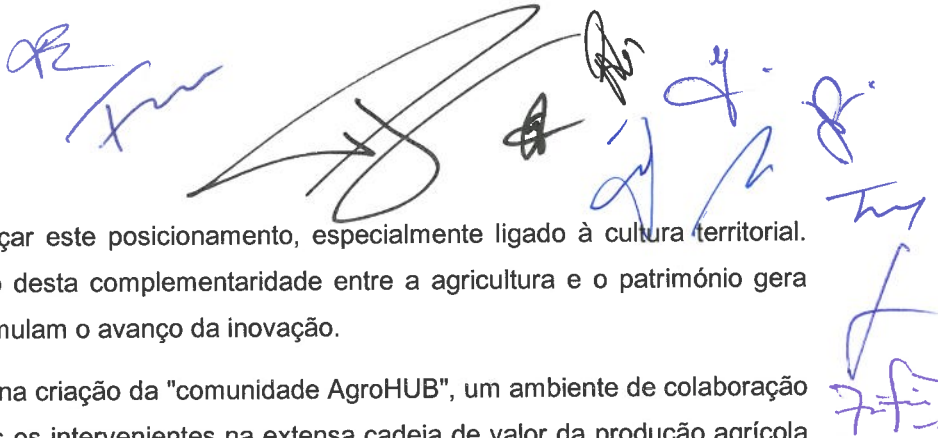
3.9.5.1.1 AgroHub

O projeto AgroHub pretende desenvolver um programa de ações para impulsionar o ecossistema empresarial ligado à produção agrícola local e aprofundar a ótima utilização dos recursos endógenos do território transfronteiriço.

O setor local de produção alimentar é uma das atividades económicas mais enraizadas na cultura e território transfronteiriços, a sua contribuição para a economia regional tanto em termos de emprego como de valor acrescentado continua a ser muito relevante, tornando-o um sector estratégico para a promoção do desenvolvimento económico e territorial.

Estas produções agrícolas locais são desenvolvidas com modelos de produção altamente sustentáveis, e tanto os seus produtos como as paisagens culturais associadas são reconhecidos internacionalmente, particularmente no sector do vinho (Vinhos do Porto e Douro, Vinhos Ribera del Duero).

Por outro lado, à estrutura produtiva do setor falta uma visão empresarial competitiva e inovadora para otimizar estes produtos, a fim de melhorar a convergência deste território no quadro europeu e num contexto global. Para enfrentar este desafio, a cultura da inovação é essencial. A sua promoção requer um ecossistema que fomente o empreendedorismo e reforce as sinergias entre todos os agentes do setor (produção, transformação, distribuição). A cooperação transfronteiriça é



um fator essencial para reforçar este posicionamento, especialmente ligado à cultura territorial. Além disso, o aproveitamento desta complementaridade entre a agricultura e o património gera novas oportunidades que estimulam o avanço da inovação.

O projeto AgroHUB centra-se na criação da "comunidade AgroHUB", um ambiente de colaboração aberto à participação de todos os intervenientes na extensa cadeia de valor da produção agrícola local: produtores, empresas de transformação, marcas de garantia agrícola, cooperativas, comunidades locais, administrações públicas, etc.

Para responder às necessidades do setor, a fim de melhorar o seu posicionamento estão previstos três programas de ação:

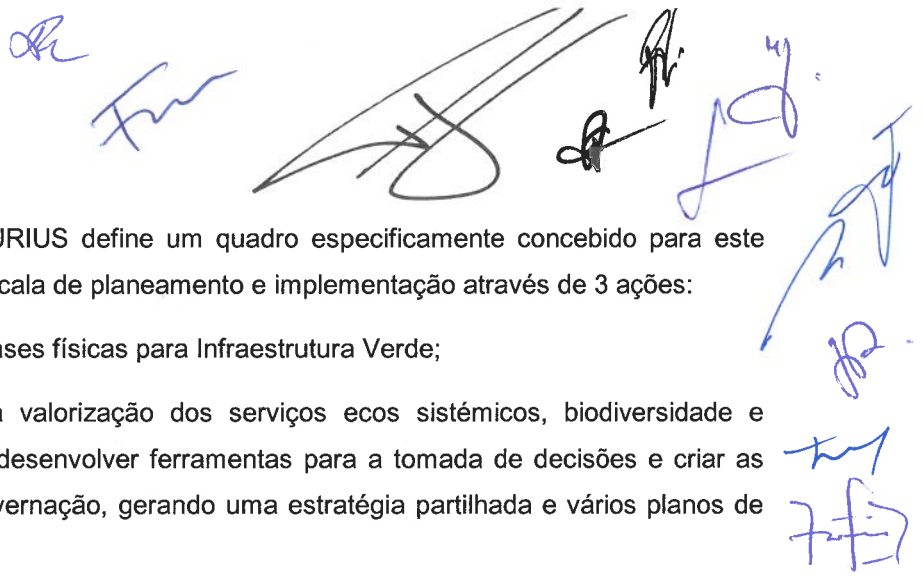
- Formação de atores e partes interessadas em torno do património agrícola;
- O fomento do novo espírito empresarial e da inovação nas empresas existentes;
- Ativar uma parceria duradoura através da cooperação (atividades de intercâmbio, eventos de colaboração com outros sectores, etc.) com vista à continuidade.

O valor total do projeto é de 1.104.643,90€, estando atribuído à CIM-TTM o valor de 45.823,05€ de custo total elegível sendo o valor FEDER aprovado de 34.367,29€. A taxa de financiamento é de 75%.

3.9.5.1.2 OET_DURIUS

O projeto OET_DURIUS é uma iniciativa transfronteiriça que propõe ações de recuperação das infraestruturas verdes do território Duero-Douro que permitem uma melhoria dos serviços ecos sistémicos, a melhoria da sua biodiversidade, bem como a conectividade ecológica e a valorização do território transfronteiriço.

O projeto atua no corredor Duero-Douro (Valladolid, Zamora, Salamanca, Trás-os-Montes, Vila Real, Bragança e Alto Douro Vinhateiro), um corredor prioritário para a biodiversidade na Península Ibérica que requer ações de restauro ecológica para eliminar numerosos pontos de estrangulamento e pontos críticos que comprometem a sua funcionalidade como ligação entre os sítios da Rede Natura. Historicamente, é uma área periférica, onde a coevolução do homem e da natureza moldou paisagens culturais ricas em biodiversidade e elementos paisagísticos que atuam como conectores ecológicos. Infelizmente, a perda de população, o abandono destas atividades tradicionais e a intensificação da agricultura e da pecuária comprometeram a viabilidade destas paisagens. Neste contexto, o projeto OET_DURIUS pretende tornar-se uma iniciativa inovadora de transferência de soluções para outras partes da Europa sobre a implementação de sistemas de governação que canalizem a definição e execução de estratégias de conectividade ecológica e infraestrutura verde à escala regional e local em áreas transfronteiriças, especialmente nas áreas afetadas pelas consequências do desafio demográfico.



Para o efeito, o projeto OET_DURIUS define um quadro especificamente concebido para este contexto transfronteiriço e uma escala de planeamento e implementação através de 3 ações:

- Ação 1 – Quantificar as bases físicas para Infraestrutura Verde;
- Ação 2 – Com base na valorização dos serviços ecos sistémicos, biodiversidade e conectividade ecológica, desenvolver ferramentas para a tomada de decisões e criar as estruturas para a boa governação, gerando uma estratégia partilhada e vários planos de ação;
- Ação 3 – Os planos são traduzidos em ações-piloto que representam possíveis soluções baseadas na natureza destinadas a assegurar a coerência ecológica e a prestação de serviços ecos sistémicos ao longo de todo o corredor.

Assim, o projeto OET_DURIUS pretende criar uma infraestrutura verde orientada para a adaptação às alterações climáticas para melhorar a biodiversidade, conectividade e serviços ecos sistémicos na Rede Natura identificada.

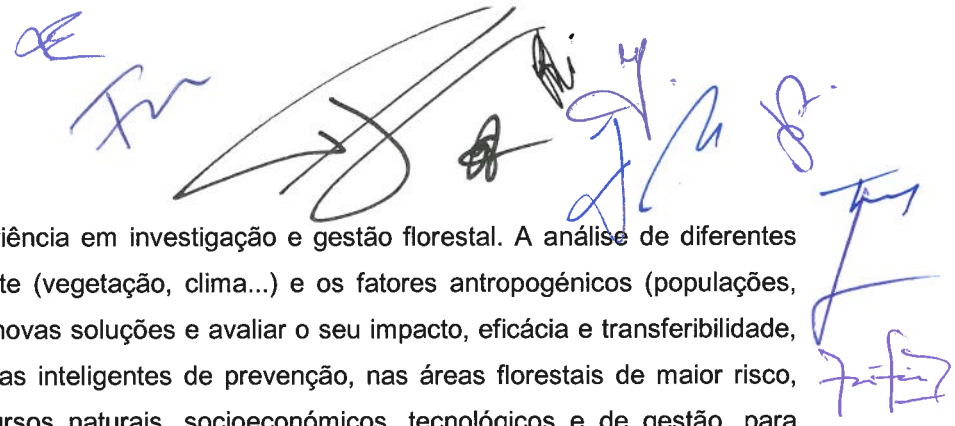
O valor total do projeto é de 1.573.013,59€, estando atribuído à CIM-TTM o valor de 106.703,19€ de custo total elegível, sendo o valor FEDER aprovado de 80.027,39€. A taxa de financiamento é de 75%.

3.9.5.1.3 USE4FOREST

Na última década (2012-2022), os países do SUDOE sofreram um elevado número de incêndios, com uma média anual de 222 em Espanha, 213 em Portugal e 105 em França, situando-se entre os 5 países com o maior número de incêndios na UE (EFFIS, European Forest Fire Information System). O facto de nos últimos 6 anos terem ocorrido 3 das piores épocas de incêndios na EU demonstra a tendência ascendente, apontada pelos especialistas e devida, em parte, aos efeitos das alterações climáticas, uma situação agravada na área do SUDOE pelo abandono progressivo das zonas rurais e a consequente extinção das atividades produtivas tradicionalmente ligadas à silvicultura.

Face a este desafio, é crucial adotar medidas preventivas adequadas às características do sudoeste europeu (crise demográfica, abundância de massa florestal, aumento progressivo dos extremos climáticos), cujo sucesso dependerá quer do conhecimento das condições específicas quer da demonstração *in situ* da eficácia de instrumentos inovadores, potencialmente transferíveis para outras zonas afetadas pelo mesmo problema.

Neste contexto, o projeto USE4FOREST propõe uma estratégia de prevenção de incêndios na região SUDOE através da melhoria das áreas florestais, realizada em 3 fases: conhecimento profundo das condições do problema; desenvolvimento, teste e demonstração, nos territórios participantes, de ferramentas inovadoras para a prevenção, gestão e antecipação de incêndios florestais; e a sua transferência e capitalização à escala do SUDOE. O USE4FOREST visa melhorar a capacidade de resposta das diferentes administrações, através da coordenação com



organizações com vasta experiência em investigação e gestão florestal. A análise de diferentes variáveis, tais como o ambiente (vegetação, clima...) e os fatores antropogénicos (populações, culturas...), permitirá alcançar novas soluções e avaliar o seu impacto, eficácia e transferibilidade, a fim de desenvolver estratégias inteligentes de prevenção, nas áreas florestais de maior risco, tendo em conta os seus recursos naturais, socioeconómicos, tecnológicos e de gestão, para responder a esta necessidade de uma forma abrangente.

O valor total do projeto é de 1.573.013,59€, estando atribuído à CIM-TTM o valor de 100.000,00€ de custo total elegível, sendo o valor FEDER aprovado de 75.000,00€. A taxa de financiamento é de 75%.

3.9.5.1.4 DIH_SE

O projeto DIH_SE – *Digital Innovation Hub Silver Economy Ecosistema de Investigación e Innovación* associado a Silver Economy pretende responder à necessidade de especialização das empresas do território em produtos e serviços destinados à Silver Economy, mas também proporciona uma componente social refletida na melhoria da qualidade de vida dos idosos do território, uma vez que muitos dos serviços e produtos a serem desenvolvidos pelas empresas estarão ligados à melhoria da saúde dos habitantes do território, à redução da solidão indesejada, à melhoria da oferta de produtos e/ou serviços específicos. Na área dos idosos, as empresas poderão também melhorar a qualidade de vida dos idosos do território. Em suma, tornar o território num espaço mais coeso onde as desigualdades sociais são reduzidas com base numa proposta de desenvolvimento social e sustentável e de empreendedorismo.

O projeto será implementado através de uma abordagem revolucionária e inovadora mediante a criação de um ecossistema vivo destinado às empresas do território, que fornece as condições necessárias para que as empresas do território possam, através da digitalização avançada dos processos associados à produção e comercialização dos seus produtos e serviços, satisfazer as necessidades do público que compõe a Silver Economy. Este processo de digitalização das empresas será abordado a partir das metodologias mais vanguardistas e através da utilização de tecnologias disruptivas como: Inteligência Artificial, a Internet, a abordagem XaaS, Blockchain, entre outros.

Todos os membros da parceria DIH_SE subscrevem este objetivo, compreendendo a necessidade imperiosa de oferecer uma solução para aos habitantes do território, a maioria dos quais tem mais de 50 anos, que contribua para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Do projeto são sócios, com financiamento a Diputación de Zamora, Universidade de Burgos, Caja Rural, Município de Bragança e o Brigantia Ecopark. A CIM-TTM integra o projeto como sócio não financeiro.



3.9.5.1.5 In Genios

O espaço de cooperação Duero-Douro possui um importante património industrial e pré-industrial. Um legado que, apesar do seu valor cultural e da marca que estas atividades deixaram na identidade das comunidades locais do território, constitui uma dimensão da paisagem cultural do Duero-Douro que continua a ser pouco conhecida e que carece de um reconhecimento adequado do seu potencial como recurso turístico para o desenvolvimento territorial.

Moinhos, lagares associados à cultura de cereais, adegas e lagares de azeite ligados à produção de vinho e azeite, barcos de transporte e de pesca, obras públicas (pontes, canais, infra-estruturas ferroviárias, entre outros) e até construções religiosas dedicadas aos santos protetores das diferentes atividades produtivas (industriais e pré-industriais) e, mais recentemente, as infra-estruturas de barragens para a regulação e aproveitamento hidroelétrico, a riqueza do património industrial, que deve ser valorizada em prol de um desenvolvimento harmonioso e sustentável do território Duero-Douro.

IN_GENIOS_DUERO_DOURO é um projeto de cooperação transfronteiriça que lançará as bases para o desenvolvimento do turismo industrial no território Duero-Douro, facilitará o desenvolvimento do seu ecossistema turístico associado (agentes públicos e privados) e gerará experiências piloto em torno do turismo industrial. O objetivo final é a valorização do património e da cultura industrial através das atividades turísticas, permitindo o desenvolvimento de uma oferta turística diferenciada. O plano de trabalho inclui a identificação e o mapeamento dos elementos do património industrial e pré-industrial, tangível e intangível, desta zona, a análise e a seleção das fórmulas mais adequadas para a sua valorização e a sua implementação através de ações-piloto, a fim de permitir o desenvolvimento de uma oferta turística diferenciada.

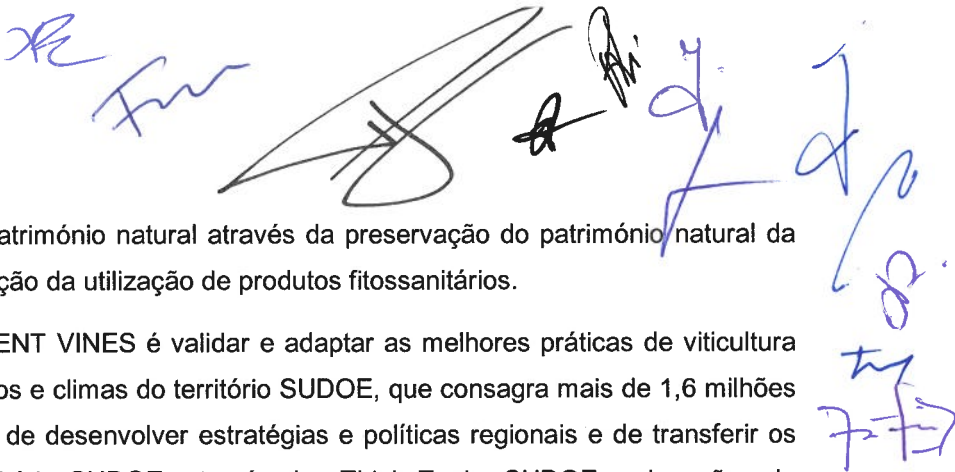
Os resultados obtidos neste processo devem ser capazes de atrair e mobilizar uma massa crítica local suficiente, especialmente no setor privado, para afirmar a continuidade das atividades de turismo industrial, designadamente:

- 1 – Estratégia transfronteiriça para a ativação do turismo industrial no Duero-Douro
- 2 – Reforço das capacidades do território para a oferta de turismo industrial no Duero-Douro
- 3 – Plano de comunicação e marketing para o turismo industrial no Duero-Douro
- 4 – Experiências piloto de turismo industrial no Duero-Douro

O valor total do projeto é de 1.158.059,84€, estando atribuído à CIM-TTM o valor de 123.876,64€ de custo total elegível. A taxa de financiamento é de 75%.

3.9.5.2 Projetos candidatados

O projeto Resilient Vines aborda o desafio comum de adaptar a viticultura do território rural SUDOE aos efeitos das alterações climáticas, através de práticas agro-ecológicas e sustentáveis de viticultura regenerativa, e de soluções e tecnologias inovadoras, a fim de melhorar a



biodiversidade e preservar o património natural através da preservação do património natural da região SUDOE através da redução da utilização de produtos fitossanitários.

O objetivo principal do RESILIENT VINES é validar e adaptar as melhores práticas de viticultura regenerativa aos diferentes solos e climas do território SUDOE, que consagra mais de 1,6 milhões de hectares à viticultura, a fim de desenvolver estratégias e políticas regionais e de transferir os resultados obtidos para o território SUDOE, através dos Think Tanks SUDOE e de ações de formação. Este projeto visa promover a adoção pelos viticultores e pelos organismos científicos e tecnológicos das técnicas adaptadas ao território SUDOE.

As ações-piloto do projeto visam explorar a cooperação transnacional através da rede de Laboratórios Vivos, que se centrarão na avaliação da biodiversidade funcional (artrópodes, microbiologia do solo, flora e fauna úteis), na gestão agro-ecológica da vinha (cobertura vegetal) e na incorporação de tecnologias para reduzir o uso de pesticidas e pesticidas nas vinhas.

O valor total do projeto é de 1.068.750,00€, estando atribuído à CIM-TTM o valor de 110.000,00€ de custo total elegível com uma taxa de financiamento de 75%.

O projeto passou à segunda fase de aprovação pelo que se espera a sua aprovação.

3.10 Outras Atividades

A Lei-quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, marcou o início do maior processo de descentralização autárquico da democracia portuguesa, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local. Mais concretamente o artigo 27.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, atribuiu aos municípios a competência para regular, fiscalizar, instruir e decidir os procedimentos contraordenacionais rodoviários em matéria de estacionamento nas vias e espaços públicos sob jurisdição municipal, para além dos destinados a parques ou zonas de estacionamento.

A 31 de outubro, foi publicado o Decreto-Lei n.º 76/2022, de 31 de outubro, que habilita a delegação de competências atribuídas às câmaras municipais no domínio do estacionamento público nas entidades intermunicipais e nas associações de municípios de fins específicos, que abrangem a respetiva circunscrição. Este diploma veio permitir aos municípios delegar nas Comunidades Intermunicipais que integram as competências previstas na alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro, mais concretamente a competência para instruir e decidir os procedimentos contraordenacionais rodoviários por infrações leves relativas a estacionamento proibido, indevido ou abusivo nos parques ou zonas de estacionamento, vias e nos demais espaços públicos quer dentro das localidades, quer fora das localidades, neste caso desde que estejam sob jurisdição municipal, incluindo a aplicação de coimas e custas.

Nestes termos, sete dos nove municípios integrantes da CIM-TTM, designadamente, os Municípios de Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais, delegaram na CIM-TTM a referida competência por considerarem que a delegação das competências previstas no artigo 27.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, promoverá a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações, a racionalização dos recursos disponíveis e a uniformidade de procedimentos administrativos, designadamente na instrução dos processos de contraordenação e na decisão do processo e aplicação de coimas e custas, e ganhos significativos em termos de eficiência de recursos humanos e financeiros.

de
tu

7-17
tu
1

2-22

Handwritten notes in blue ink, including a large signature and several smaller scribbles and symbols.

4 Orçamento

O orçamento da receita e da despesa tem o valor de 12.309.927,90€ que se traduz na transferência do Orçamento do Estado prevista, nas receitas provenientes de Fundos Comunitários e de candidaturas já aprovadas, bem como na comparticipação dos Municípios para a execução da estratégia desta entidade.

4.1 Apresentação Global do Orçamento para 2025

A previsão das receitas e despesas para o próximo ano é apresentada na Tabela 1, onde se encontram discriminados os valores pelos dois grandes agrupamentos de classificação orçamental: correntes e capital.

Tabela 1. Resumo do Orçamento para 2025

Descrição	Classificação Orçamental		Total
	Correntes	Capital	
Receitas	11.849.711,20 €	460.216,70 €	12.309.927,90 €
Despesas	11.849.711,20 €	460.216,70 €	12.309.927,90 €

O Princípio do Equilíbrio Orçamental determina, em sede de elaboração do orçamento, que o mesmo preveja os recursos necessários para cobrir todas as despesas, devendo as receitas correntes ser, pelo menos, iguais às despesas correntes. Pela observação do quadro, conclui-se que este preceito se mantém presente.

4.1.1 Orçamento da Receita

O Orçamento da Receita é composto por Receitas Correntes e Receitas de Capital. A Tabela 2 demonstra a composição da Receita Corrente onde se conclui que a mesma se divide em três grandes rubricas:

- Transferências correntes (Estado): corresponde à transferência esperada a efetuar do Orçamento de Estado, do Fundo Ambiental, do Fundo para o Serviço Público de Transportes, da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, do Fundo Florestal Permanente e da Direção Geral do Tesouro e Finanças;
- Transferências correntes (FEDER e FSE): corresponde ao cofinanciamento comunitário das operações já aprovadas e dos valores das candidaturas que estão na fase final, nomeadamente, no Relatório de Execução Final.
- Transferências dos Municípios: corresponde à contrapartida nacional dos projetos supramunicipais a executar/desenvolver pela CIM-TTM, verbas correspondentes às

compensações por Obrigação de Serviço Público de Transportes de Passageiros, valores para abertura do novo concurso para a Rede Municipal e Intermunicipal e valores em dívida pelos municípios.

Tabela 2. Receitas Correntes

DESCRIPTIVO	2025
<i>Receitas Correntes</i>	
Rendimentos de Propriedade/Taxa Multas	100,00 €
Transferências do Estado	3.669.792,33 €
Transferências correntes (FEDER + FSE + Outras)	391.786,67 €
Transferências correntes (Municípios)	7.721.382,55 €
Outras	66.649,65 €
TOTAL	11.849.711,20 €

Na Tabela 3 apresenta-se a constituição das Receitas de Capital. Mediante a sua análise conclui-se que a receita de capital total prevista é de 460.216,70€, proveniente da rubrica de Transferências de Capital (FEDER, FSE + Outras), que corresponde ao cofinanciamento da despesa de natureza capitalística a apresentar no âmbito das candidaturas AgroHub e In Genios e da transferência da contrapartida nacional proveniente dos Municípios integrantes da CIM-TTM.

Tabela 3. Receitas de Capital

DESCRIPTIVO	2025
<i>Transferências Capital</i>	
Transferências de Capital (FEDER + FSE + Outras)	255.467,24 €
Municípios da CIM-TTM	204.749,46 €
Total	460.216,70 €

4.1.2 Orçamento da Despesa

O Orçamento da Despesa é composto por Despesa Corrente e Despesa de Capital. A Tabela 4 expõe as grandes rubricas que estão inseridas nas Despesas Correntes.

Tabela 4. Despesas Correntes

DESCRIPTIVO	2025
Assembleia Intermunicipal	7.500,00 €
<i>Despesas Correntes</i>	
Despesas com pessoal	727.438,39 €
Aquisição de bens	26.303,00 €
Aquisição de serviços	8.485.696,00 €
Juros e outros encargos	501,00 €
Transferências correntes	2.601.771,81 €
Subsídios	1,00 €
Outras despesas correntes	500,00 €
TOTAL	11.849.711,20 €

Da análise da Tabela 4, importa fazer uma breve descrição das despesas associadas a cada grande rubrica:

– Despesa com Pessoal – corresponde às remunerações certas e permanentes, abonos variáveis e eventuais e encargos da entidade para com a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações dos postos de trabalho constantes do Mapa de Pessoal.

– Aquisição de bens – prevê-se uma despesa de 26.303,00€, a qual corresponde essencialmente à aquisição de combustíveis, de material de escritório, material de transporte, prémios, condecorações e ofertas (para o Campeonato de Jogos Tradicionais), ferramentas e utensílios e livros e documentação técnica.

– Aquisição de serviços – estão previstos os projetos a executar pela CIM-TTM, bem como, a locação operacional para uma viatura. Prevê-se a promoção do território da CIM-TTM, através da presença em feiras temáticas, nacionais e internacionais, bem como a elaboração de material promocional e aquisição de serviços de publicidade e divulgação. Também estão contempladas verbas necessárias para a abertura do novo concurso para a Rede Municipal e Intermunicipal.

– Transferências correntes – Privadas – estão contempladas verbas correspondentes às compensações aos operadores pela realização do serviço público de transportes de passageiros correspondente a carreiras dos 8 Municípios que delegaram na CIM-TTM a competência dos transportes e também das carreiras intermunicipais, enquanto não entra em vigor o novo concurso da Rede Municipal e Intermunicipal.

– Transferências correntes – Administração Local – prevê-se o valor a transferir para as associações de municípios de fins específicos, designadamente a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana e a Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano, no âmbito da cedência dos recursos humanos afetos à Estrutura de Apoio Técnico constituída para o desempenho das competências atribuídas à CIM-TTM.

A Tabela 5 demonstra a composição das Despesas de Capital, verificando-se que as mesmas apresentam um valor total previsto de 460.216,70€. No essencial, trata-se de despesas com construções diversas, material de transporte, equipamento informático, *software* e equipamento administrativo.

Tabela 5. Despesas de Capital

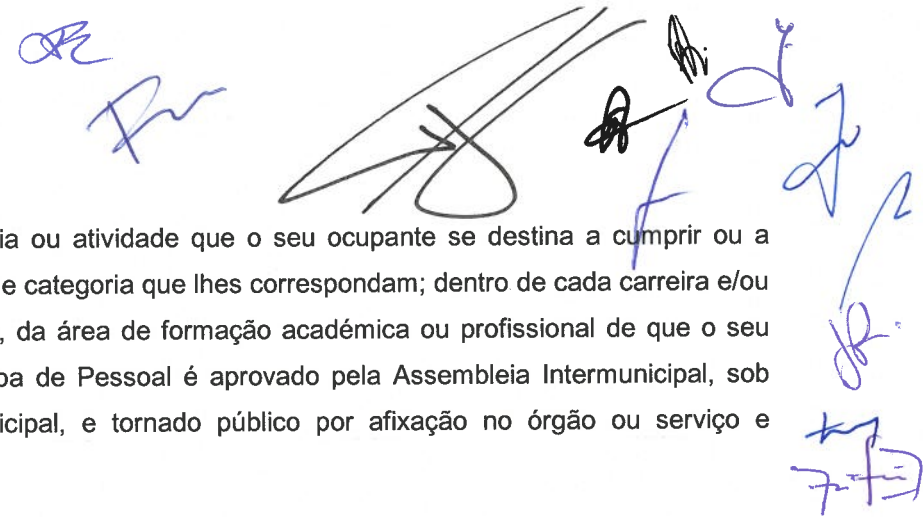
DESCRIPTIVO	2025
<i>Aquisição de bens de capital</i>	
Investimentos	
Edifícios	79.500,00 €
Material de Transporte	45.000,00 €
Equipamento de informática	2.500,00 €
<i>Software</i> informático	299.213,70 €
Equipamento administrativo	2.000,00 €
Equipamento básico	2.000,00 €
Artigos e objetos de valor	30.000,00 €
Investimentos incorpóreos	1,00 €
Outros Investimentos	1,00 €
<u>Locação Financeira</u>	<u>1,00 €</u>
Total	460.216,70 €

4.2 Plano Plurianual de Investimentos

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) reflete as despesas fixas, bem como as previsionais para abertura de um novo concurso para a Rede Municipal e Intermunicipal e dos projetos já aprovados.

4.3 Recursos Humanos/Mapa de Pessoal

A Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas) estabelece os princípios e orientações no domínio da gestão de pessoal e da disciplina relativa aos mapas de pessoal. Nesta conformidade, procedeu-se à elaboração de um Mapa de Pessoal, documento que acompanha a proposta de Orçamento e que contém a indicação do número de postos de trabalho de que a entidade necessita para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizadas em



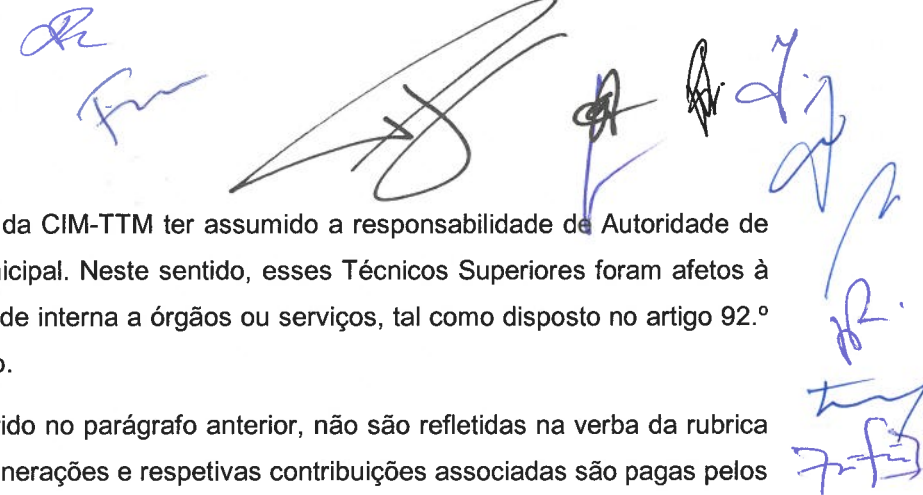
função da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar; do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam; dentro de cada carreira e/ou categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular. O Mapa de Pessoal é aprovado pela Assembleia Intermunicipal, sob proposta do Conselho Intermunicipal, e tornado público por afixação no órgão ou serviço e inserção na página eletrónica.

Qualquer recrutamento a efetuar no ano de 2025 ficará condicionado à caracterização dos postos de trabalho necessários para a execução das atividades, os quais constam no Mapa de Pessoal anexo ao presente Orçamento. As verbas relativas a despesas com pessoal, inscritas na proposta de Orçamento, cobrem os encargos com remunerações dos trabalhadores que se mantêm em exercício de funções na CIM-TTM, bem como a dos novos recrutamentos de pessoal, previstos no Mapa de Pessoal.

Assim, o Mapa de Pessoal contempla o Secretariado Executivo Intermunicipal a que corresponde o Primeiro Secretário, nove Técnicos Superiores nas áreas da Comunicação, Engenharia Florestal, Especialista de Sistemas e Tecnologias de Informação, Marketing, Gestão, Engenharia e Gestão Industrial, Engenharia Eletrotécnica, Direito e Turismo, por tempo indeterminado. Inclui ainda quatro postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo nas áreas de Gestão e Administração Pública (vertente da contabilidade e dos transportes), Design Gráfico e Sociologia. Prevê-se que no próximo ano haja uma reorganização funcional dos recursos humanos.

Em 2025, prevê-se a criação de dois postos de trabalho por tempo indeterminado na área de Gestão e Administração Pública (vertente da contabilidade e dos transportes), bem como um docente em cedência de interesse público. Prevê-se ainda a criação de seis postos de trabalho para Técnicos Superiores em áreas a definir mediante as necessidades, sendo três por tempo indeterminado e três a termo resolutivo certo nas áreas de Comunicação, Informática e Gestão. Na carreira/categoria de Assistente Técnico prevê-se a criação de dois postos de trabalho, sendo um por tempo indeterminado e outro a termo resolutivo certo. Estes recursos têm como objetivo a capacitação da CIM-TTM para executar as diferentes tarefas de que é responsável, bem como a integração de serviços executados pelos municípios.

Para além dos postos de trabalho constantes no Mapa de Pessoal, a CIM-TTM é apoiada por uma equipa técnica, composta por dez Técnicos Superiores provenientes das Associações de Municípios de fins específicos da área geográfica da CIM-TTM, designadamente, da Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano (AMTF-NT) e da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana (AMTQT). Esta equipa continuará a estar afeta em 50% para executar competências atribuídas à CIM-TTM enquanto Organismo Intermédio no âmbito da delegação de competências da Autoridade de Gestão do Programa Regional do Norte 2030 no período previsível de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2029. Um desses técnicos encontra-se cedido a 95%, pela AMTQT, da área de Engenharia Civil, para apoiar na



área dos Transportes em virtude da CIM-TTM ter assumido a responsabilidade de Autoridade de Transportes Intermunicipal e Municipal. Neste sentido, esses Técnicos Superiores foram afetos à CIM-TTM, em regime de mobilidade interna a órgãos ou serviços, tal como disposto no artigo 92.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

As despesas com o pessoal referido no parágrafo anterior, não são refletidas na verba da rubrica de pessoal, uma vez que as remunerações e respetivas contribuições associadas são pagas pelos serviços de origem, ou seja, pelas associações de municípios de fins específicos (AMTQT e AMTF-NT), ficando a cargo da CIM-TTM a transferência para essas associações da verba correspondente à afetação das despesas desses técnicos, por via de transferências correntes.

Aos trabalhadores são asseguradas condições em termos de segurança, higiene e saúde no trabalho, de formação e garantia de promoção, conforme possibilidade legal e respetivo desempenho. Sendo estas áreas de extrema relevância para o bom desempenho profissional e pessoal dos trabalhadores da CIM-TTM, encontra-se prevista no orçamento verba capaz de cobrir as despesas necessárias à prestação destes serviços.



MAPA DE PESSOAL 2025

Conteúdo funcional (artigo 88.º e n.º 2 da LTFP): Técnicos Superiores: Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores. Assistentes Técnicos: Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços

Atividade / área	Núcleo	Termo resolutivo certo		Por tempo Indeterminado		OBS
		A prover	Provido	A Prover	Provido	
Secretaria do Executivo Intermunicipal	CIM		1			Em Comissão de Serviço proveniente do Ministério da Coesão
Comunicação	CIM		1			
Florestal	CIM		1			
Informática	CIM		1			
Marketing	CIM		1			
Gestão	CIM		1			
Docente	CIM			1		Em cedência de Interesse Público
Eng e Gestão Industrial	CIM			1		
Eng Eletrotécnica	CIM			1		
Direito	CIM			1		
Turismo	CIM			1		
Gestão e Adm. Pública /Contabilidade	CIM	1			1	
Gestão e Adm. Pública /Transportes	CIM	1			1	
Design Gráfico	CIM	1				
Sociologia	CIM	1				
Técnico Superior	CIM			3		
Assistente Técnico	CIM			1		

TOTAL 4 4 4 10 7

de
tu



de
tu

de
tu

5 Anexos

RESUMO DO ORÇAMENTO

Handwritten signatures and initials in blue ink.

ENTIDADE
Cim Das Terras de Trás - Os - Montes

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2025

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	11.849.711,20	Correntes	11.849.711,20
De capital	460.216,70	De capital	460.216,70
Outras			
Total	12.309.927,90	Total	12.309.927,90
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	12.309.927,90	Total Geral	12.309.927,90

Em ___ de _____ de _____

Handwritten signature in black ink.

Em ___ de _____ de _____

Handwritten signatures and initials in blue ink.

ENTIDADE	RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS	APROVAÇÕES :
----------	------------------------------------	--------------

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2025

RECEITAS	MONTANTE	%
RECEITAS CORRENTES		
01 IMPOSTOS DIRECTOS		
02 IMPOSTOS INDIRECTOS		
03 CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL, A CAIXA GER		
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	50,00	0.0
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	50,00	0.0
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.782.961,55	95.7
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES		
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	66.649,65	0.5
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	11.849.711,20	96.3
RECEITAS DE CAPITAL		
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO		
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	460.216,70	3.7
11 ACTIVOS FINANCEIROS		
12 PASSIVOS FINANCEIROS		
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	460.216,70	3.7
TOTAL GERAL	12.309.927,90	100.0

DESPESAS	MONTANTE	%
DESPESAS CORRENTES		
01 DESPESAS COM O PESSOAL	31.438,39	5.9
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	8.515.499,00	69.2
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	501,00	0.0
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.601.771,81	21.1
05 SUBSÍDIOS	1,00	0.0
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	500,00	0.0
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	11.849.711,20	96.3
DESPESAS DE CAPITAL		
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	460.216,70	3.7
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		
09 ACTIVOS FINANCEIROS		
10 PASSIVOS FINANCEIROS		
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	460.216,70	3.7
TOTAL GERAL	12.309.927,90	100.0

ENTIDADE Cim Das Terras de Trás - Os - Montes	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2025
--	----------------------	----------------------------------

PÁGINA : 1

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
	R E C E I T A S C O R R E N T E S	11.849.711,20
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	50,00
04.02	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	50,00
04.02.01	JUROS DE MORA	50,00
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	50,00
05.02	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	50,00
05.02.01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	50,00
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.782.961,55
06.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4.061.579,00
06.03.01	ESTADO	3.669.792,33
06.03.01.99	OUTRAS	3.669.792,33
06.03.01.99.01	DGAL	430.026,00
06.03.01.99.02	OUTRAS	59.500,00
06.03.01.99.03	FUNDO AMBIENTAL	1.484.200,00
06.03.01.99.04	FUNDO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES	120.421,34
06.03.01.99.05	AUTORIDADE NACIONAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL	15.375,00
06.03.01.99.06	FUNDO FLORESTAL PERMANENTE	23.800,00
06.03.01.99.07	DIREÇÃO GERAL DO TESOURO E FIMAMÇAS	1.536.469,99
06.03.06	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	391.786,67
06.03.06.01	FEDER (CORRENTE)	161.552,44
06.03.06.02	FSE (CORRENTE)	29.672,89
06.03.06.03	OUTRAS (CORRENTE)	200.561,34
06.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	7.721.382,55
06.05.01	CONTINENTE	7.721.382,55
06.05.01.01	MUNICÍPIOS	7.721.382,55
06.05.01.01.01	MUNICÍPIO DE ALFANDEGA DA FÉ	469.305,87
06.05.01.01.02	MUNICÍPIO DE BRAGANÇA	740.898,05
06.05.01.01.03	MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS	1.297.616,38
06.05.01.01.04	MUNICÍPIO DE MIRANDA DO DOURO	738.738,96
06.05.01.01.05	MUNICÍPIO DE MIRANDELA	1.541.340,32
06.05.01.01.06	MUNICÍPIO DE MOGADOURO	1.081.098,73
06.05.01.01.07	MUNICÍPIO DE VILA FLOR	604.697,75
06.05.01.01.08	MUNICÍPIO DE VIMIOSO	383.556,31
06.05.01.01.09	MUNICÍPIO DE VINHAIS	864.130,18
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	66.649,65
08.01	OUTRAS	66.649,65
08.01.99	OUTRAS	66.649,65
08.01.99.99	DIVERSAS	66.649,65
	R E C E I T A S D E C A P I T A L	460.216,70
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	460.216,70
10.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	255.467,24
10.03.07	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	255.467,24
10.03.07.01	FEDER (CAPITAL)	188.651,11
10.03.07.02	FSE	1,00
10.03.07.03	OUTRAS (CAPITAL)	66.815,13
10.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	204.749,46
10.05.01	CONTINENTE	204.749,46
10.05.01.01	MUNICÍPIOS	204.749,46
10.05.01.01.01	MUNICÍPIO DE ALFANDEGA DA FÉ	14.844,34
10.05.01.01.02	MUNICÍPIO DE BRAGANÇA	37.940,06
10.05.01.01.03	MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS	26.269,36
10.05.01.01.04	MUNICÍPIO DE MIRANDA DO DOURO	18.120,33
10.05.01.01.05	MUNICÍPIO DE MIRANDELA	28.398,75
10.05.01.01.06	MUNICÍPIO DE MOGADOURO	23.750,94
10.05.01.01.07	MUNICÍPIO DE VILA FLOR	15.110,51
10.05.01.01.08	MUNICÍPIO DE VIMIOSO	16.277,58
10.05.01.01.09	MUNICÍPIO DE VINHAIS	24.037,59
TOTAL DAS RECEITAS		12.309.927,90

Em ___ de _____ de _____

Em ___ de _____ de _____

~~_____~~

~~_____~~

Phu,

at
Tj

R
Fu
7-17
a

ca.

2

ENTIDADE Cim Das Terras de Trás - Os - Montes	ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA/ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2025
--	--	----------------------------------


PÁGINA : 1

C O D Í G O S		D E S I G N A Ç Ã O	M O N T A N T E	
ORGÂNICA	ECONÓMICA		ORGÂNICA	ECONÓMICA
01		ADMINISTRAÇÃO	12.309.927,90	
01.01		ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL	7.500,00	
		DESPESAS CORRENTES		7.500,00
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		4.000,00
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		4.000,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS		4.000,00
	01.02.13.02	OUTROS		4.000,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		3.500,00
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		3.500,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		3.500,00
01.02		CONSELHO INTERMUNICIPAL	12.302.427,90	
		DESPESAS CORRENTES		11.842.211,20
	01	DESPESAS COM O PESSOAL		727.438,39
	01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		567.226,61
	01.01.02	ÓRGÃOS SOCIAIS		45.198,80
	01.01.03	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE FUNÇÃO PÚBLICA		29.476,56
	01.01.03.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		29.476,56
	01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO		248.703,52
	01.01.04.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		248.703,52
	01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		121.383,92
	01.01.06.01	PESSOAL EM FUNÇÕES		121.383,92
	01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO		1,00
	01.01.11	REPRESENTAÇÃO		13.559,68
	01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO		34.776,00
	01.01.14	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E DE NATAL		74.127,13
	01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		24.002,00
	01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		20.000,00
	01.02.04	AJUDAS DE CUSTO		4.000,00
	01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS		1,00
	01.02.13.02	OUTROS		1,00
	01.02.14	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE		1,00
	01.03	SEGURANÇA SOCIAL		136.209,78
	01.03.02	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE		1,00
	01.03.04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES		1,00
	01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		131.206,78
	01.03.05.02	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)		131.206,78
	01.03.05.02.01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		24.149,22
	01.03.05.02.02	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		107.057,56
	01.03.09	SEGUROS		5.000,00
	01.03.09.01	SEGURO DE ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS PROFissionais		5.000,00
	01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		1,00
	01.03.10.99	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		1,00
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		8.511.999,00
	02.01	AQUISIÇÃO DE BENS		26.303,00
	02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		5.000,00
	02.01.02.02	GASÓLEO		5.000,00
	02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		1,00
	02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		1,00
	02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		500,00
	02.01.12	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS		500,00
	02.01.15	PRÊMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS		18.300,00
	02.01.17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS		500,00
	02.01.18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA		500,00
	02.01.20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		1,00
	02.01.21	OUTROS BENS		1.000,00

C L A S S I F I C A Ç Õ E S		M O N T A N T E		
ORGÂNICA	CÓDIGOS ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	ORGÂNICA	ECONÓMICA
	02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		8.485.696,00
	02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		500,00
	02.02.04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS		1,00
	02.02.04.01	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS - GERAL		1,00
	02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE		15.600,00
	02.02.09	COMUNICAÇÕES		6.200,00
	02.02.10	TRANSPORTES		7.499.210,92
	02.02.10.01	ICENTICA + TP		1.484.200,00
	02.02.10.03	TRANSPORTES		5.618.015,90
	02.02.10.05	ALUGUER DE AUTOMÓVEIS, COM OU SEM CONDUTOR		3.500,00
	02.02.10.99	OUTROS		393.495,02
	02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		1.500,00
	02.02.12	SEGUROS		1.500,00
	02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		18.000,00
	02.02.14	ESTUDOS, PARCERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA		127.188,43
	02.02.14.18	ELABORAÇÃO DE CANDIDATURAS PR NORTE 2030		50.000,00
	02.02.14.19	0110_OET_DURIUS_2_E		3.109,38
	02.02.14.20	AGROHUB		4.079,05
	02.02.14.21	USE4FOREST		20.000,00
	02.02.14.99	OUTROS		50.000,00
	02.02.15	FORMAÇÃO		23.000,00
	02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		13.000,00
	02.02.17	PUBLICIDADE		167.878,10
	02.02.17.01	JOGOS TRADICIONAIS		17.779,03
	02.02.17.02	PROMOÇÃO D'GUSTAR AS TTM		5.000,00
	02.02.17.03	0110_OET_DURIUS_2_E		7.112,07
	02.02.17.04	AGENDA CULTURAL INTERMUNICIPAL		20.000,00
	02.02.17.05	USE4FOREST		5.000,00
	02.02.17.06	CADASTRA E CAPACITA		7.500,00
	02.02.17.07	PUBLICAÇÕES EM DRE		500,00
	02.02.17.08	0247_IN_GENIOS_DUERO_DOURO_2_E		5.000,00
	02.02.17.99	OUTROS		99.987,00
	02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		589.147,75
	02.02.20.07	JOGOS TRADICIONAIS		13.284,50
	02.02.20.08	0110_OET_DURIUS_2_E		800,00
	02.02.20.09	AGROHUB		15.500,00
	02.02.20.10	USE4FOREST		12.000,00
	02.02.20.12	PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS/EVENTOS		100.010,00
	02.02.20.13	INFORMÁTICA		252.953,25
	02.02.20.99	OUTROS		194.600,00
	02.02.21	UTILIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE TRANSPORTES		1.000,00
	02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		21.969,80
	02.02.25.02	OUTROS SERVIÇOS - OUTROS		21.969,80
	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS		501,00
	03.03	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA		501,00
	03.03.05	MATERIAL DE TRANSPORTE		1,00
	03.03.06	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS		500,00
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.601.771,81
	04.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		2.377.263,99
	04.01.02	PRIVADAS		2.377.263,99
	04.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		1,00
	04.03.09	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS- PARTICIPAÇÃO COMUNIT		1,00
	04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		224.506,82
	04.05.01	CONTINENTE		224.506,82
	04.05.01.01	MUNICÍPIOS		8,00
	04.05.01.01.01	ALFANDEGA DA FÉ		1,00
	04.05.01.01.02	MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		1,00
	04.05.01.01.03	MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS		1,00
	04.05.01.01.04	MUNICÍPIO DE MIRANDA DO DOURO		1,00
	04.05.01.01.05	MUNICÍPIO DE MIRANDELA		1,00
	04.05.01.01.07	MUNICÍPIO DE VILA FLOR		1,00
	04.05.01.01.08	MUNICÍPIO VIMIOSO		1,00
	04.05.01.01.09	MUNICÍPIO VINHAIS		1,00

C O D I G O S		D E S I G N A Ç Ã O	M O N T A N T E	
ORGÂNICA	ECONÓMICA		ORGÂNICA	ECONÓMICA
	04.05.01.04	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS		224.498,82
	04.05.01.04.02	AMTQT		168.108,77
	04.05.01.04.03	AMTFNT		56.389,05
	04.05.01.04.99	OUTRAS ASSOCIAÇÕES		1,00
	05	SUBSÍDIOS		1,00
	05.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		1,00
	05.01.03	PRIVADAS		1,00
	05.01.03.01	AGÊNCIA DE ENERGIA TRÁS-OS-MONTES - (AE-TM)		1,00
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		500,00
	06.02	DIVERSAS		500,00
	06.02.03	OUTRAS		500,00
	06.02.03.05	OUTRAS		500,00
		D E S P E S A S D E C A P I T A L		460.216,70
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		460.216,70
	07.01	INVESTIMENTOS		460.215,70
	07.01.03	EDIFÍCIOS		79.500,00
	07.01.03.99	OUTROS		79.500,00
	07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTE		45.000,00
	07.01.06.01	MATERIAL DE TRANSPORTE - VIATURA		45.000,00
	07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		2.500,00
	07.01.07.99	OUTROS		2.500,00
	07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO		299.213,70
	07.01.08.07	AGROHUB		2.013,70
	07.01.08.08	REDE INTERMUNICIPAL DE BIBLIOTECAS DAS TTM		196.800,00
	07.01.08.99	OUTRO		100.400,00
	07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		2.000,00
	07.01.09.99	OUTRO		2.000,00
	07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO		2.000,00
	07.01.10.02	OUTRO		2.000,00
	07.01.10.02.01	EQUIPAMENTO BÁSICO - GERAL		2.000,00
	07.01.12	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR		30.000,00
	07.01.13	INVESTIMENTOS INCORPÓREOS		1,00
	07.01.13.01	INVESTIMENTOS INCORPÓREOS-GERAL		1,00
	07.01.15	OUTROS INVESTIMENTOS		1,00
	07.01.15.05	OUTROS INVESTIMENTOS		1,00
	07.02	LOCAÇÃO FINANCEIRA		1,00
	07.02.02	HABITAÇÕES- LOCAÇÃO FINANCEIRA		1,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS				12.309.927,90

Em ____ de _____ de _____



Em ____ de _____ de _____







Handwritten signature and initials in blue ink.

ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL
Cim Das Terras de Trás - Os - Montes

Tipo de Orçamento : DA RECEITA E DA DESPESA Tipo de Dotação : DOAÇÕES INICIAIS Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO Desagregar : S Efeitos

Rubrica	Designação	Períodos anteriores	Orçamento 2025 Período	Soma	Plano orçamental plurianual			Efeitos
					2026	2027	2028	
R1	Receita corrente		11.849.711,20	11.849.711,20	9.414.143,64	9.545.005,17	9.693.669,70	9.825.544,51
R11	Receita fiscal							
R12	Impostos diretos							
R2	Impostos indiretos							
R3	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde							
R4	Taxas, multas e outras penalidades							
R5	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES							
R6	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:							
R7	JUROS DE MORA							
R8	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE							
R9	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS							
R10	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS							
R11	Transferências e subsídios correntes							
R12	Transferências correntes							
R13	Administrações Públicas							
R14	Administração Central - Estado Português							
R15	ADMINISTRAÇÕES CORRENTES							
R16	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL							
R17	ESTADO							
R18	OUTRAS							
R19	DGAL							
R20	OUTRAS							
R21	FUNDO AMBIENTAL							
R22	FUNDO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES							
R23	AUTORIDADE NACIONAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL							
R24	FUNDO FLORESTAL PERMANENTE							
R25	DIREÇÃO GERAL DO TESOURO E FIMANÇAS							
R26	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS							
R27	FEDER (CORRENTE)							
R28	FSE (CORRENTE)							
R29	OUTRAS (CORRENTE)							
R30	Administração Central - Outras entidades							
R31	Segurança Social							
R32	Administração Regional							
R33	Administração Local							
R34	ADMINISTRAÇÕES CORRENTES							
R35	ADMINISTRAÇÃO LOCAL							
R36	CONTINENTE							
R37	MUNICÍPIOS							
R38	MUNICÍPIO DE ALFANDEGA DA FÉ							
R39	MUNICÍPIO DE BRAGANÇA							
R40	MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALHEIROS							
R41	MUNICÍPIO DE MIRANDA DO DOURO							
R42	MUNICÍPIO DE MIRANDELA							
R43	MUNICÍPIO DE MOGADOURO							
R44	MUNICÍPIO DE VILA FLOR							
R45	MUNICÍPIO DE VIMIOSO							
R46	MUNICÍPIO DE VINHAIS							
R47	Exterior - U E							
R48	Outras							
R49	Subsídios correntes							

Handwritten signature and initials in blue ink.

Pág. : 2
Ano : 2025

ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL
Cim Das Terras de Trás - Os - Montes

Desagregar : S

2029

Tipo de Orçamento : DA RECEITA E DA DESPESA		Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS		Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO				
Rubrica	Designação	Períodos anteriores	Orçamento 2025	Soma	2026	2027	2028	2029
R6	Venda de bens e serviços		66.649,65	66.649,65	17.649,65	17.649,65	17.649,65	17.649,65
R7	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		66.649,65	66.649,65	17.649,65	17.649,65	17.649,65	17.649,65
0801	OUTRAS		66.649,65	66.649,65	17.649,65	17.649,65	17.649,65	17.649,65
080199	OUTRAS		66.649,65	66.649,65	17.649,65	17.649,65	17.649,65	17.649,65
08019999	DIVERSAS		66.649,65	66.649,65	17.649,65	17.649,65	17.649,65	17.649,65
R8	Receita de capital		460.216,70	460.216,70	89.753,00	11.003,00	11.003,00	11.003,00
R9	Venda de bens de investimento		460.216,70	460.216,70	89.753,00	11.003,00	11.003,00	11.003,00
R91	Transferências e subsídios de capital		460.216,70	460.216,70	89.753,00	11.003,00	11.003,00	11.003,00
R911	Transferências de capital		460.216,70	460.216,70	89.753,00	11.003,00	11.003,00	11.003,00
R9111	Administrações Públicas		255.467,24	255.467,24	33.750,00			
	Administração Central - Estado							
	Português							
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		255.467,24	255.467,24	33.750,00			
1003	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		255.467,24	255.467,24	33.750,00			
100307	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM		255.467,24	255.467,24	33.750,00			
10030701	PROJECTOS CO-FINANCIADOS		188.651,11	188.651,11				
10030702	FEDER (CAPITAL)		1,00	1,00				
10030703	FSE		66.815,13	66.815,13				
R9112	OUTRAS (CAPITAL)							
	Administração Central - Outras entidades							
R9113	Segurança Social							
R9114	Administração Regional							
R9115	Administração Local							
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		204.749,46	204.749,46	56.003,00	11.003,00	11.003,00	11.003,00
1005	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		204.749,46	204.749,46	56.003,00	11.003,00	11.003,00	11.003,00
100501	CONTINENTE		204.749,46	204.749,46	56.003,00	11.003,00	11.003,00	11.003,00
10050101	MUNICÍPIOS		204.749,46	204.749,46	56.003,00	11.003,00	11.003,00	11.003,00
1005010101	MUNICÍPIO DE ALFANDEGA DA FÉ		14.844,34	14.844,34	4.060,21	797,71	797,71	797,71
1005010102	MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		37.940,06	37.940,06	10.377,36	2.038,86	2.038,86	2.038,86
1005010103	MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS		26.269,36	26.269,36	7.185,18	1.411,68	1.411,68	1.411,68
1005010104	MUNICÍPIO DE MIRANDA DO DOURO		18.120,33	18.120,33	4.956,27	973,77	973,77	973,77
1005010105	MUNICÍPIO DE MIRANDELA		28.398,75	28.398,75	7.767,62	1.526,12	1.526,12	1.526,12
1005010106	MUNICÍPIO DE MOGADOURO		23.750,94	23.750,94	6.496,35	1.276,35	1.276,35	1.276,35
1005010107	MUNICÍPIO DE VILA FLOR		15.110,51	15.110,51	4.133,02	812,02	812,02	812,02
1005010108	MUNICÍPIO DE VIMIOSO		16.277,58	16.277,58	4.452,24	874,74	874,74	874,74
1005010109	MUNICÍPIO DE VINHAIS		24.037,59	24.037,59	6.574,75	1.291,75	1.291,75	1.291,75
R912	Exterior - U E							
R913	Outras							
R92	Subsídios de capital							
R10	Outras receitas de capital							
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos							
R12	Receita efetiva [1]		12.309.927,90	12.309.927,90	9.503.896,64	9.556.008,17	9.704.672,70	9.836.547,51
R13	Receita não efetiva [2]							
R14	Receita com ativos financeiros							
	Receita com passivos financeiros							
	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais							
D1	Receita total [3] = [1] + [2]		12.309.927,90	12.309.927,90	9.503.896,64	9.556.008,17	9.704.672,70	9.836.547,51
D11	Despesa corrente		11.849.711,20	11.849.711,20	9.447.893,64	9.545.005,17	9.693.669,70	9.825.544,51
	Despesas com o pessoal		731.438,39	731.438,39	752.568,09	773.816,66	795.702,71	818.245,34
	Remunerações Certas e Permanentes		567.226,61	567.226,61	583.200,10	599.652,78	616.599,07	634.053,73
01	ADMINISTRAÇÃO		567.226,61	567.226,61	583.200,10	599.652,78	616.599,07	634.053,73
0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		567.226,61	567.226,61	583.200,10	599.652,78	616.599,07	634.053,73
0101	DESPESAS COM O PESSOAL		567.226,61	567.226,61	583.200,10	599.652,78	616.599,07	634.053,73
010102	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		45.198,80	45.198,80	46.554,76	47.951,41	49.389,95	50.871,65
	ÓRGÃOS SOCIAIS							

Rubrica	Designação	Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS					Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO				
		Períodos anteriores	Orçamento 2025 Período	Soma			Plano orçamental plurianual				
				2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	
D4	Transferências e subsídios correntes		2.601.772,81	2.601.772,81	2.601.772,81	231.235,75	238.172,73	245.315,83	252.675,27	252.675,27	252.675,27
D41	Transferências correntes		2.601.771,81	2.601.771,81	2.601.771,81	231.234,75	238.171,73	245.316,83	252.676,27	252.676,27	252.676,27
D411	Administrações Públicas		224.507,82	224.507,82	224.507,82	231.233,75	238.170,73	245.315,83	252.675,27	252.675,27	252.675,27
D4111	Administração Central - Estado Português										
D4112	Administração Central - Outras entidades		1,00	1,00	1,00						
01	ADMINISTRAÇÃO		1,00	1,00	1,00						
0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		1,00	1,00	1,00						
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1,00	1,00	1,00						
0403	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		1,00	1,00	1,00						
040309	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS - PARTICIPAÇÃO COMUNIT		1,00	1,00	1,00						
D4113	Segurança Social										
D4114	Administração Regional										
D4115	Administração Local										
01	ADMINISTRAÇÃO		224.506,82	224.506,82	224.506,82	231.233,75	238.170,73	245.315,83	252.675,27	252.675,27	252.675,27
0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		224.506,82	224.506,82	224.506,82	231.233,75	238.170,73	245.315,83	252.675,27	252.675,27	252.675,27
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		224.506,82	224.506,82	224.506,82	231.233,75	238.170,73	245.315,83	252.675,27	252.675,27	252.675,27
0405	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		224.506,82	224.506,82	224.506,82	231.233,75	238.170,73	245.315,83	252.675,27	252.675,27	252.675,27
040501	CONTINENTE		224.506,82	224.506,82	224.506,82	231.233,75	238.170,73	245.315,83	252.675,27	252.675,27	252.675,27
04050101	MUNICÍPIOS		8,00	8,00	8,00						
0405010101	ALFANDEGA DA FÉ		1,00	1,00	1,00						
0405010102	MUNICÍPIO DE BRAGANÇA		1,00	1,00	1,00						
0405010103	MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS		1,00	1,00	1,00						
0405010104	MUNICÍPIO DE MIRANDA DO DOURO		1,00	1,00	1,00						
0405010105	MUNICÍPIO DE MIRANDELA		1,00	1,00	1,00						
0405010107	MUNICÍPIO DE VILA FLOR		1,00	1,00	1,00						
0405010108	MUNICÍPIO VIMIOSO		1,00	1,00	1,00						
0405010109	MUNICÍPIO VINHAIS		1,00	1,00	1,00						
04050104	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS		224.498,82	224.498,82	224.498,82	231.233,75	238.170,73	245.315,83	252.675,27	252.675,27	252.675,27
0405010402	AMTQT		168.108,77	168.108,77	168.108,77	173.152,03	178.346,59	183.696,99	189.207,90	189.207,90	189.207,90
0405010403	AMTFT		56.389,05	56.389,05	56.389,05	58.080,72	59.823,14	61.617,84	63.466,37	63.466,37	63.466,37
0405010499	OUTRAS ASSOCIAÇÕES		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
D412	Entidades do Setor Não Lucrativo										
D413	Familias										
D414	Outras										
01	ADMINISTRAÇÃO		2.377.263,99	2.377.263,99	2.377.263,99	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		2.377.263,99	2.377.263,99	2.377.263,99	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.377.263,99	2.377.263,99	2.377.263,99	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
0401	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		2.377.263,99	2.377.263,99	2.377.263,99	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
040102	PRIVADAS		2.377.263,99	2.377.263,99	2.377.263,99	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
01	Subsídios Correntes		1,00	1,00	1,00						
0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		1,00	1,00	1,00						
05	SUBSÍDIOS		1,00	1,00	1,00						
0501	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS		1,00	1,00	1,00						
050103	PRIVADAS		1,00	1,00	1,00						
05010301	AGÊNCIA DE ENERGIA TRÁS-OS-MONTES - (AE-TM)		1,00	1,00	1,00						
D5	Outras despesas correntes										
01	ADMINISTRAÇÃO		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
0602	DIVERSAS		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
060203	OUTRAS		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
06020305	OUTRAS		500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
	Despesa de capital		460.216,70	460.216,70	460.216,70	56.003,00	11.003,00	11.003,00	11.003,00	11.003,00	11.003,00

ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL
Cim Das Terras de Frás - Os - Montes

Pág. : 6
Ano : 2025

Tipo de Orçamento : DA RECEITA E DA DESPESA		Tipo de Dotação : DOTAÇÕES INICIAIS		Tipo de Visualização : COM E SEM MOVIMENTO				
Rubrica	Designação	Períodos anteriores	Orçamento 2025 Período	Soma	2026	2027	2028	2029
D6	Aquisição de bens de capital							
01	ADMINISTRAÇÃO		460.216,70	460.216,70	56.003,00	11.003,00	11.003,00	11.003,00
0102	CONSELHO INTERMUNICIPAL		460.216,70	460.216,70	56.003,00	11.003,00	11.003,00	11.003,00
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		460.216,70	460.216,70	56.003,00	11.003,00	11.003,00	11.003,00
0701	INVESTIMENTOS		460.216,70	460.216,70	56.002,00	11.002,00	11.002,00	11.002,00
070103	EDIFÍCIOS		79.500,00	79.500,00				
07010399	OUTROS		79.500,00	79.500,00				
070104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS				45.000,00			
07010401	VIADUTOS, ARRUAmentos E OBRAS COMPLEMENTARES				45.000,00			
070106	MATERIAL DE TRANSPORTE		45.000,00	45.000,00				
07010601	MATERIAL DE TRANSPORTE - VIATURA		45.000,00	45.000,00				
070107	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		2.500,00	2.500,00				
07010712	REDE INTERMUNICIPAL DE BIBLIOTECAS				5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
07010799	DAS TTM		2.500,00	2.500,00				
070108	OUTROS		299.213,70	299.213,70	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
07010807	SOFTWARE INFORMÁTICO		2.013,70	2.013,70				
07010808	REDE INTERMUNICIPAL DE BIBLIOTECAS		196.800,00	196.800,00				
07010899	DAS TTM		100.400,00	100.400,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
070109	OUTRO		2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
07010999	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
070110	OUTRO		2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
07011002	EQUIPAMENTO BÁSICO		2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
0701100201	OUTRO		2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
070112	EQUIPAMENTO BÁSICO - GERAL		30.000,00	30.000,00				
070113	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
07011301	INVESTIMENTOS INCORPÓREOS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
070115	INVESTIMENTOS INCORPÓREOS-GERAL		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
07011505	OUTROS INVESTIMENTOS		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
0702	LOCAÇÃO FINANCEIRA		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
070202	HABITAÇÕES- LOCAÇÃO FINANCEIRA		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
D7	Transferências e subsídios de capital							
D71	Transferências de capital							
D711	Administrações Públicas							
D7111	Administração Central - Estado							
D7112	Português							
D7112	Administração Central - Outras entidades							
D7113	Segurança Social							
D7114	Administração Regional							
D7115	Administração Local							
D712	Entidades do Setor não Lucrativo							
D713	Famílias							
D714	Outras							
D72	Subsídios de capital							
D8	Outras despesas de capital							
D9	Despesa efetiva [4]		12.309.927,90	12.309.927,90	9.503.896,64	9.556.008,17	9.704.672,70	9.836.547,51
D10	Despesa não efetiva [5]							
	Despesa com ativos financeiros							
	Despesa com passivos financeiros							
	Saldo total [6] = [4] + [5]		12.309.927,90	12.309.927,90	9.503.896,64	9.556.008,17	9.704.672,70	9.836.547,51
	Saldo total [3] - [6]							
	Saldo global [1] - [4]							

RE Fm

[Handwritten signature]

ENTIDADE
Cm Das Terras de Trás - Os - Montes

- 5 - EXECUÇÃO FÍSICA ATÉ 75%
- 6 - EXECUÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 75%
- 9 - NÃO APLICÁVEL

Em ___ de _____ de _____

[Handwritten signature]

Em ___ de _____ de _____

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

DOÇÕES INICIAIS DO ANO 2025

PÁGINA : 2

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]